



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**SÃO LUIS/MA
MARÇO/2013**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do Exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012, da Portaria TCU nº 150/2012, e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013), sendo consolidadora a UG: 200388 e consolidada a UG 200389 (Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL).

**SR/DPF/MA
MARÇO/2013**

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	8
1.1 Identificação de Relatório de Gestão Consolidado	8
1.2 Finalidade e Competência Institucional da Unidade.....	9
1.3 Organograma Funcional	10
1.4 Macroprocessos Finalísticos	16
1.5 Macroprocessos de Apoio	17
1.6 Principais Parceiros	18
2 INTRODUÇÃO	19
3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	21
3.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	21
3.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos.....	21
3.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações	21
3.4 Indicadores.....	45
4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	46
4.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	46
4.2 Sistema de Correição.....	47
4.3 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	48
5 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA ...	48
5.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa	48
5.2 Execução Orçamentária da Despesa	49
5.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	49
5.2.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação	49
5.2.1.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	50
6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	51
6.1 Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores ..	51
6.1.1 Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	51
6.2 Informações sobre a utilização de suprimento de fundos, contas bancárias tipo “B” e cartões de pagamento do governo federal.	52
6.2.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	52
6.2.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral	52
6.2.1.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	52
6.2.1.3 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ.....	53
6.2.1.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	53
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	54
7.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	54
7.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	54
7.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	55
7.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	55
7.1.3 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada.....	56
7.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	56

7.2.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	56
7.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	57
7.4 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	60
7.4.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	60
7.4.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	61
7.4.3 Composição do Quadro de Estagiários	62
8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	62
8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	62
8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	63
8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	63
8.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	63
8.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis sob Responsabilidade da UJ	63
9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	64
9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	64
9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	66
10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS ..	67
10.1 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	67
10.1.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	67
11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	68
11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	68
11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	68
12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	68
12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	68
13 RESULTADOS E CONCLUSÕES	70

ABREVIações E SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
AGU – Advocacia Geral da União
ANP – Academia Nacional de Polícia
CGU – Controladoria Geral da União
COR – Corregedoria Regional de Polícia Federal
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPL/SR/DPF/MA – Comissão Permanente de Licitação da SR/DPF/MA
CRH – Coordenação de Recursos Humanos
CRIS - Centro Regional de Inteligência de Sinais
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DCPQ - Divisão de Controle de Produtos Químicos
DELEAQ - Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos
DELEFAZ - Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários
DELEFIN - Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos
DELEMAPH - Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico
DELEMIG - Delegacia de Polícia de Imigração
DELEPAT - Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio
DELEPREV - Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários
DELESP - Delegacia de Controle de Segurança Privada
DELINST - Delegacia de Defesa Institucional
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
DG – Direção Geral
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal
DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial
DN – Decisão Normativa
DPF – Departamento de Polícia Federal
DPF/CXA/MA – Delegacia de Polícia Federal em Caxias/MA
DPF/ITZ/MA – Delegacia de Polícia Federal em Imperatriz/MA
DRCOR - Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado
DRE – Delegacia de Repressão a Entorpecentes
DREX – Delegacia Regional Executiva
E-LOG – Gestão Eletrônica de Administração e Logística
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
MOC – Mensagem Oficial Circular
MPF – Ministério Público Federal
NAD - Núcleo Administrativo
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
NEOF - Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira
NIP - Núcleo de Inteligência Policial
NO - Núcleo de Operações
NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação
NUCART - Núcleo de Cartório
NUCOR - Núcleo de Correções
NUDIS- Núcleo de Disciplina

OACI - Organização da Aviação Civil Internacional
OCI – Órgão de Controle Interno
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PPA – Plano Plurianual
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RFB – Receita Federal do Brasil
RG – Relatório de Gestão
SELOG – Setor de Administração e Logística Policial
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SETEC – Setor Técnico – Científico
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGEPOL – Sistema Eletrônico de Gerenciamento Policial
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINPRO - Sistema Nacional de Procedimentos
SISCART – Sistema Cartorário
SR – Superintendência Regional
SR/DPF/MA - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Maranhão
TCU – Tribunal de Contas da União
UCI – Unidade de Controle Interno
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
UPAG – Unidade Pagadora
UTEC – Unidade Técnico-Científica

QUADROS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

Quadro 1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado	8
Quadro 2 – Organograma Funcional da SR/DPF/MA	10
Quadro 3 – Macroprocessos Finalísticos	16
Quadro 4 – Macroprocessos de Apoio	17
Quadro 5 – Produtividade de Polícia Judiciária da SR/DPF/MA	22
Quadro 6 – Estatística das Delegacias	22
Quadro 7 – Estatística de Passaportes e Outras Atividades de Migração	23
Quadro 8 – Estatística de Polícia Marítima	24
Quadro 9 – Estatística de Produtos Químicos	25
Quadro 10 – Estatística de Segurança Privada	25
Quadro 11 – Estatística da Corregedoria Regional de Polícia	26
Quadro 12 – Operações da SR/DPF/MA	27
Quadro 13 – Prisões realizadas no exercício	39
Quadro 14 – Apreensões de Entorpecentes	39
Quadro 15 – Produção do SINARM no exercício	40
Quadro 16 – Atividades do Setor Técnico-Científico e do Grupo de Identificação	40
Quadro 17 – Comparativo de Laudos Emitidos	41
Quadro 18 – Ações do Plano de Metas Administrativas e Resultados	41
Quadro 19 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	46
Quadro 20 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	48
Quadro 21 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	49
Quadro 22 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	50
Quadro 23 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores valores em R\$ 1,00	51
Quadro 24 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos (SF) valores em R\$ 1,00	52
Quadro 25 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador Valores em R\$ 1,00	52
Quadro 26 – Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) valores em R\$ 1,00	53

Quadro 27 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	53
Quadro 28 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	54
Quadro 29 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro).....	55
Quadro 30 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12	55
Quadro 31 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores em R\$ 1,00	56
Quadro 32 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	56
Quadro 33 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	60
Quadro 34 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	61
Quadro 35 – Composição do Quadro de Estagiários.....	62
Quadro 36 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	63
Quadro 37 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	63
Quadro 38 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	63
Quadro 39 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	64
Quadro 40 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	66
Quadro 41 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	67
Quadro 42 – Ações Específicas nas Eleições 2012	69
ANEXOS.....	72
Declaração de Atualização de Dados no SIASG E SICONV	73
Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	74

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA**1.1 IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO****Quadro 1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado**

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Maranhão			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Maranhão			
Código SIORG: 1152	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200388
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00.394.494/0027-75
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(098)3131-5100	(098)3131-5102	(098)3131-5103
E-mail: gab.srma@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Daniel de La Touche, nº 4000, Bairro Cohama, 65.074-115, São Luís/MA			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
DPF/ITZ/MA	-	-	-
DPF/CXA/MA	-	-	-
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
- Através da Portaria nº 181/1965 do então Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP, autorizado pelo disposto no Art. 397, § 2º do Decreto nº 56510/65 foi criada a Sub-delegacia no Estado do Maranhão instalada em 24/01/1966, posteriormente transformada em Divisão de Polícia Federal (1972) e finalmente através do Decreto nº 75.398, de 19 de fevereiro de 1975 passou a Superintendência Regional de Departamento de Polícia Federal no estado do Maranhão, tendo sua estrutura organizacional inserida na Instrução Normativa nº 13/2005, do DG/DPF, de 15/06/05, alterada pela IN nº 039/2010, de 05/10/10.			
- FUNAPOL: - Lei Complementar nº 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.			
- Portaria nº 2.877/MJ, de 30.12.2011, que aprova o Regimento Interno do DPF.			
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005, alterada pela IN nº 39/2010, de 05.10.2010.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
As informações e orientações sobre os serviços oferecidos pela unidade se encontram disponíveis na página www.dpf.gov.br .			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200388	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Maranhão (Tesouro)		
200389	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Maranhão (Funapol)		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200388		00001	
200389		00001	

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL DA UNIDADE

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI, de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, pelo Decreto- Lei 6.378/1944, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional no Estado do Maranhão (SR/DPF/MA).

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional, devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente, a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

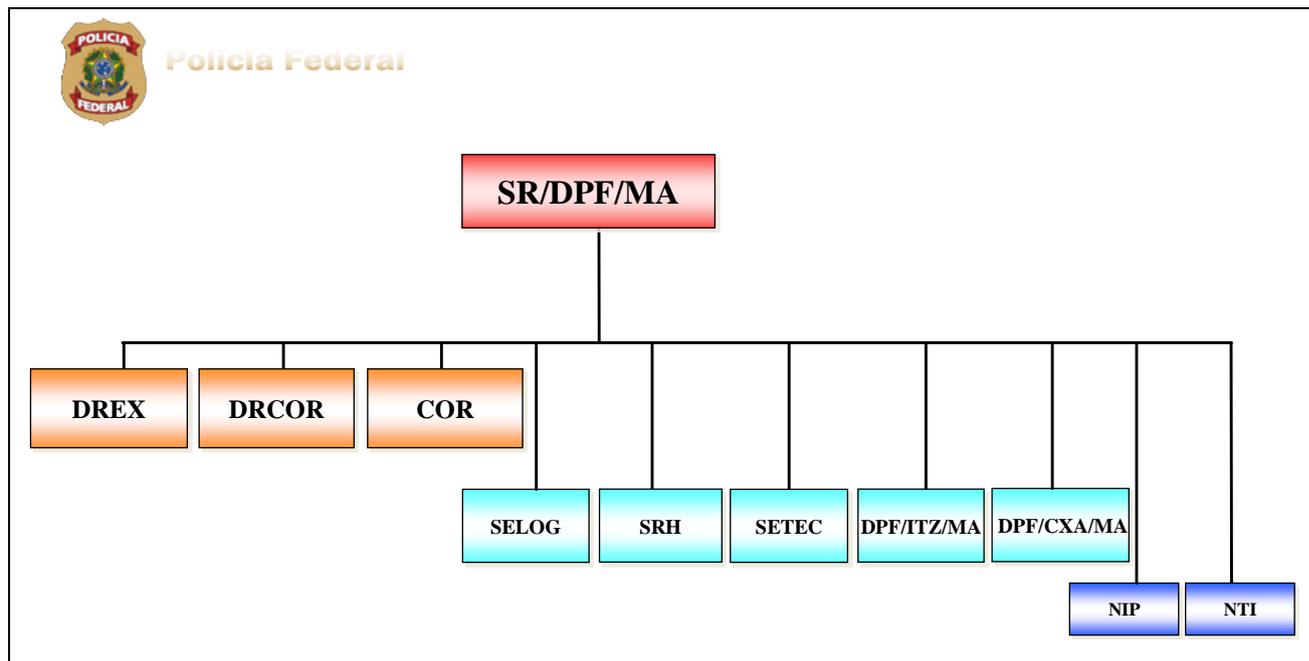
Desse modo, a Polícia Federal apura crimes contra o meio ambiente, a ordem tributária, o Sistema Financeiro Nacional, a Previdência Social, os serviços postais, a organização do trabalho, as comunidades indígenas, os direitos humanos, eleitorais, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe ao DPF, ainda, as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004); Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964); e de Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Os principais objetivos estratégicos da Unidade estão inseridos no Plano Estratégico 2010/2022 do Departamento de Polícia Federal, aprovado no exercício 2010, que são: fortalecer a cultura de gestão estratégica; valorizar o servidor; ampliar a credibilidade institucional; reduzir a criminalidade; promover a cidadania; incrementar os acordos e parcerias; otimizar o emprego dos bens e recursos materiais; consolidar a governança em tecnologia da informação; integrar o orçamento ao planejamento estratégico.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Quadro 2 – Organograma Funcional da SR/DPF/MA



Conforme disposto no Regimento Interno do DPF, bem como na IN nº 013/2005-DG/DPF, tem-se, abaixo, as competências e atribuições das diversas delegacias, setores e núcleos que compõem a estrutura organizacional da SR/DPF/MA em sua área gerencial:

SR/DPF/MA – À Superintendência Regional, na sua área de atuação, compete:

I – planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal;

II – administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais;

III – propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais;

IV – executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento;

V – apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI – promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e

VII – adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

NIP – Ao Núcleo de Inteligência Policial compete:

I - executar as ações de inteligência, no âmbito da circunscrição da Superintendência, bem como apoiar as demais unidades na execução de suas ações de inteligência remetendo relatório circunstanciado ao Diretor da DIP;

II - produzir conhecimentos de inteligência policial, bem como efetivar seu aproveitamento, tendo em vista subsidiar as decisões do Superintendente;

III - manter, com exclusividade, canal de comunicação institucional com os órgãos regionais do Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;

IV - centralizar e controlar o recebimento e a expedição de documentos sigilosos junto aos órgãos regionais do SISBIN e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;

V - elaborar análises sobre a criminalidade, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente;

VI - coordenar o Centro Regional de Inteligência de Sinais – CRIS, fiscalizando o cumprimento das normas e diretrizes correlatas;

VII - compor a Comissão Regional de Segurança (CSR) e efetuar o credenciamento dos demais membros;

VIII - manifestar-se sobre as demandas de suprimento de fundos de caráter sigiloso – verba secreta, bem como controlar o emprego dessas verbas, efetuando o arquivamento das respectivas prestações de contas;

IX - executar medidas referentes às atividades de contra-inteligência policial, em sua área de atuação, bem como orientar as de análise de dados de inteligência executadas pelas demais unidades descentralizadas;

X - cumprir as determinações contidas nos Planos de Inteligência e de Contra-Inteligência Policiais do DPF;

XI - produzir os conhecimentos de inteligência policial decorrentes do Plano de Inteligência e Contra-Inteligência Policiais;

XII - registrar o recebimento e a expedição, bem como processar os documentos sigilosos ou de interesse da Superintendência, mantendo um protocolo específico para controlá-los;

XIII - manter materiais e equipamentos de uso e emprego controlados;

XIV - ordenar, arquivar e recuperar documentos antes de seu processamento;

XV - cumprir as normas e diretrizes emanadas das unidades centrais, referentes às atividades de criptografia;

XVI - controlar a concessão, revalidação e cancelamento da Credencial de Segurança dos servidores lotados na Superintendência;

XVII - proceder às investigações de segurança de servidores designados para a atividade de inteligência, bem como dos prestadores de serviços contratados a qualquer título;

XVIII - proceder à investigação social de candidatos, por ocasião da realização de concursos públicos para ingresso nas categorias funcionais da Carreira Policial Federal e do Plano Especial de Cargos;

XIX - selecionar e submeter à apreciação da DIP os nomes dos servidores a serem lotados na unidade e solicitar autorização em caso de dispensa;

XX - indicar ao Superintendente servidores para estágios e cursos na área de inteligência;

XXI - elaborar, controlar e fiscalizar o cumprimento do Plano de Segurança Orgânica, na sua área de atuação;

XXII - implementar e consolidar o Manual de Inteligência e o Manual de Segurança da Informação da Atividade Inteligência Policial, na área de atuação da Superintendência;

XXIII - expedir, registrar e controlar ordens e relatórios de missão policial sobre as operações policiais de sua atribuição;

XXIV - enviar ao Diretor da DIP o Relatório Anual e Estatístico das ações de inteligência e o termo de transferência e inventário dos documentos sigilosos, materiais e equipamentos controlados sob sua responsabilidade.

NTI – Ao Núcleo de Tecnologia da Informação compete:

- I - executar as atividades relacionadas à implementação, ao funcionamento e à manutenção dos sistemas de telecomunicações e informática, no âmbito da circunscrição da Superintendência;
- II - orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes relativas às atividades de telecomunicações e informática emanadas das unidades centrais;
- III - executar, controlar e fiscalizar o emprego dos recursos de telecomunicações e informática das unidades descentralizadas;
- IV - executar, controlar e fiscalizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática e de telecomunicações;
- V - acompanhar, controlar e promover as atividades de desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas e configurações de informática locais;
- VI - efetuar os remanejamentos da infra-estrutura e componentes da rede de telecomunicações e informática, bem como a manutenção e suporte técnico da rede DPFNet;
- VII - orientar, controlar e fiscalizar a execução de contratos com empresas prestadoras de serviços da área de telecomunicações e de informática;
- VIII - executar as atividades relacionadas com transmissão e recepção de mensagens;
- IX - prestar apoio técnico em telecomunicações e informática no desenvolvimento de operações policiais, na área de atuação da Superintendência;
- X - propor o orçamento de suas atividades, executando-o de acordo com a programação estabelecida e os cronogramas propostos;
- XI - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e ao Coordenador da CTI/DLOG.

SETEC – Ao Setor Técnico-Científico compete:

- I - planejar, controlar, orientar e avaliar a execução das ações periciais;
- II - remeter ao Diretor da DITEC os resultados das atividades descritas no inciso anterior, propondo medidas para o seu aperfeiçoamento;
- III - colaborar com os Institutos locais de Criminalística e de Identificação, tendo em vista o aprimoramento e a racionalização das atividades técnico-científicas;
- IV - promover o desenvolvimento de projetos, atividades de estudos e pesquisas no campo da criminalística e da identificação papiloscópica;
- V - propor, participar da elaboração e fiscalizar a execução de convênios e contratos com órgãos e entidades congêneres;
- VI - promover a publicação e a divulgação de informativos relacionados com sua área de atuação, nas unidades descentralizadas;
- VII - organizar, controlar e manter registros de dados e impressões digitais de pessoas indiciadas em inquéritos policiais ou acusadas em processos criminais no território nacional e de estrangeiros sujeitos ao registro no País, bem como os registros dos servidores lotados na Superintendência;
- VIII - expedir, organizar e manter o acervo de laudos e outros documentos;
- IX - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e aos Diretores do INC/DITEC e do INI/DITEC.

SRH – Ao Setor de Recursos Humanos compete:

I - executar as atividades de administração de recursos humanos, na área de atuação da Superintendência;

II - orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes relativas à administração de recursos humanos, emanadas das unidades centrais;

III - executar e controlar os assentamentos individuais referentes à frequência, registros de lotação, horas trabalhadas e férias;

IV - propor e implementar a melhoria de técnicas e instrumentos de gestão de pessoal, objetivando reduzir custos e racionalizar rotinas e processos de trabalho;

V - atualizar, controlar e manter os registros de lotação real e efetiva;

VI - expedir declarações funcionais;

VII - elaborar, compatibilizar e atualizar o Plano de Férias;

VIII - organizar, controlar e atualizar o mapa demonstrativo da lotação do pessoal;

IX - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e ao Coordenador da CRH/DGP.

SELOG – Ao Setor de Administração e Logística Policial compete:

I - elaborar a proposta orçamentária, na área de atuação da Superintendência;

II - acompanhar e promover a execução orçamentária e financeira, bem como fiscalizar seus atos, de acordo com a programação estabelecida e os cronogramas propostos;

III - promover estudos e proposições de pedidos de recursos orçamentários;

IV - planejar, controlar e promover a execução das atividades administrativas e de apoio logístico;

V - orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes emanadas das unidades centrais;

VI - propor e implementar a melhoria de métodos e técnicas administrativas, objetivando a previsão de despesas, estimativa e atualização de custos, bem como a racionalização e simplificação de rotinas e processos de trabalho;

VII - elaborar propostas e subsidiar estudos tendo em vista a instalação, transferência, ativação e desativação de unidades, na área de atuação da Superintendência;

VIII - adequar os diversos relatórios administrativos setoriais, tendo em vista a consolidação do Relatório Anual de Atividades da Superintendência;

IX - dispor dos dados para a elaboração do Plano de Metas Anual, do Relatório Anual de Atividades e da Tomada de Contas Anual;

X - propor a suplementação de créditos;

XI - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e ao Coordenador da COAD/DLOG.

DREX – À Delegacia Regional Executiva compete:

I - propor diretrizes de planejamento operacional referentes à persecução de crimes nas áreas de imigração, previdenciária, fazendária, defesa institucional, controle de segurança privada e de meio ambiente e patrimônio histórico;

II - planejar, controlar, apoiar, executar e acompanhar operações policiais relativas aos crimes de sua atribuição, na área de atuação da Superintendência, informando o Superintendente sobre seus resultados;

III - controlar e fiscalizar o andamento das investigações e acompanhar os inquéritos policiais correlatos à apuração de crimes da sua atribuição, que se encontram sob responsabilidade de suas unidades subordinadas;

IV - acompanhar, controlar e executar as atividades de segurança física das instalações da Superintendência;

V - articular-se diretamente com o Superintendente sobre os assuntos relacionados ao provimento de recursos humanos, materiais e financeiros, na sua área de atuação;

VI - orientar e fiscalizar a atuação das suas unidades subordinadas descentralizadas;

VII - distribuir o efetivo do pessoal entre suas Delegacias e demais unidades descentralizadas subordinadas, bem como avaliar o desempenho funcional de seus servidores;

VIII - distribuir recursos financeiros e materiais às suas unidades subordinadas, bem como fiscalizar o estado de conservação do material distribuído;

IX - homologar o Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT) e acompanhar a execução do PCDRH, nos assuntos pertinentes a eventos de polícia judiciária, na área de atuação da Superintendência;

X - controlar a guarda, destinação, utilização e conservação de bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;

XI - controlar as autorizações de abastecimento de viaturas;

XII - controlar a utilização e zelar pela manutenção dos armamentos, munições e demais equipamentos e acessórios operacionais sob sua responsabilidade;

XIII - elaborar as escalas, coordenar e controlar o serviço de plantão;

XIV - consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e do Plano de Metas Anual da Superintendência;

XV - controlar a utilização e zelar pela conservação dos bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;

XVI - promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Diretor da DIREX.

DRCOR – À Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado compete:

I - propor diretrizes de planejamento operacional referentes à persecução de crimes nas áreas financeira, patrimonial, tráfico e comércio ilícito de armas, tráfico e comércio ilícito de entorpecentes e drogas afins, e de ações relacionadas ao controle e à fiscalização de produtos e insumos químicos;

II - planejar, controlar, apoiar, executar e acompanhar operações policiais relativas às suas atribuições, na área de atuação da circunscrição da Superintendência, informando ao Superintendente sobre seus resultados;

III - controlar e fiscalizar o andamento das investigações e acompanhar os inquéritos policiais correlatos à apuração de crimes da sua atribuição, que se encontram sob responsabilidade de suas unidades subordinadas;

IV - articular-se diretamente com o Superintendente sobre os assuntos relacionados ao provimento de recursos humanos, materiais e financeiros, na sua área de atuação;

V - orientar e fiscalizar a atuação das suas unidades subordinadas descentralizadas;

VI - distribuir o efetivo do pessoal entre suas Delegacias e demais unidades subordinadas descentralizadas, bem como avaliar o desempenho funcional de seus servidores;

VII - distribuir recursos financeiros e materiais às suas unidades subordinadas, bem como fiscalizar o estado de conservação do material distribuído;

VIII - controlar a guarda, a destinação, a utilização e a conservação de bens apreendidos nas operações policiais de sua atribuição, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;

IX - consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e o Plano de Metas Anual da Superintendência;

X - homologar o Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT) e acompanhar a execução do PCDRH, nos assuntos pertinentes a eventos de polícia judiciária, na área de atuação da Superintendência;

XI - controlar a utilização e zelar pela conservação dos bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;

XII - controlar as autorizações de abastecimento de viaturas;

XIII - controlar a utilização e zelar pela manutenção dos armamentos, munições e demais equipamentos e acessórios operacionais sob sua responsabilidade;

XIV - consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e do Plano de Metas Anual da Superintendência;

XV - promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Diretor da DCOR.

DPF/CXA/MA e DPF/ITZ/MA – Às Delegacias de Polícia Federal no interior do Estado, subordinadas à SR/DPF/MA, competem:

I - planejar, controlar, apoiar e executar as operações policiais relacionadas aos crimes de competência do DPF, no âmbito da sua circunscrição, informando o Superintendente sobre seus resultados tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - elaborar estudos sobre a incidência criminal, no âmbito da sua circunscrição, tendo em vista fixar prioridades e adotar medidas para o aperfeiçoamento do desempenho de sua logística operacional;

III - administrar os recursos humanos e logísticos, abrangendo equipamentos policiais, armamentos, munições e viaturas e os recursos de informática e de telecomunicações colocados à sua disposição, em consonância com as normas e diretrizes emanadas pelas unidades centrais;

IV - apoiar as unidades centrais nas atividades de inspeção, dispondo de normas, jurisprudências e outros meios facilitadores de suas ações;

V - cumprir as diretrizes específicas emanadas das unidades centrais, no âmbito da sua circunscrição, relativas às atividades de investigação, prevenção e persecução aos crimes de atribuição do DPF que exijam repressão uniforme;

VI - propor ao Superintendente a adoção de medidas para a melhoria da eficiência e da eficácia da gestão policial;

VII - consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e o Plano de Metas Anual;

VIII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal, no âmbito da sua circunscrição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Considerando as competências definida pela Constituição, pelas leis e atos normativos internos, os macroprocessos finalísticos da Polícia Federal no Maranhão podem ser resumidos no quadro a seguir:

Quadro 3 – Macroprocessos Finalísticos

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de, no nível de assessoramento, apoiar o processo decisório do órgão ou, ainda, no nível operacional, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias.
Controle da Segurança Privada	Consiste no conjunto de processos destinados à autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira.
Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM); credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada sob o controle da Conselho Nacional de Armamento e Tiro (CONAT); recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos.
Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira Nacional de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e, futuramente, o Registro de Identidade Civil.
Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos ou técnico necessários à execução dos processos finalísticos de polícia judiciária e polícia administrativa

	da instituição.
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e aos direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador, a pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à Testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais desencadeadas para a obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação criminal.
Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais, nos termos da lei.
Criminalística	Consiste no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em laudos periciais criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.
Cooperação Internacional	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Os macroprocessos de apoio dão sustentação aos macroprocessos finalísticos.

Quadro 4 – Macroprocessos de Apoio

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Controles Internos e Correições	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária.
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas estadual e nacional.
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem ser objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua

	capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Os principais parceiros da SR/DPF/MA para realizar sua função constitucional são: o Ministério da Justiça e suas secretarias; os órgãos centrais do DPF e congêneres nas unidades federativas; Ministério da Previdência Social (MPS) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (a SR possui delegacia especializada para apuração de crimes previdenciários, em São Luís/MA, em que policiais federais trabalham junto a servidores da previdência social no combate a crimes previdenciários), Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Advocacia-Geral da União (AGU), Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, através das Polícias Civil e Militar, atuando em operações conjuntas; Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em missões no interior do Estado; Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Maranhão; Ministérios Públicos Federal, do Trabalho e Estadual, Poder Judiciário Federal e Estadual; Exército Brasileiro; INTERPOL, dentre outros.

2 INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Maranhão no ano de 2012, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial, seguindo os itens relacionados na Portaria TCU 150/2012, os quais foram reenumerados de acordo com os tópicos inerentes à UJ. Diante da necessidade de renumeração, a seguir informamos os itens cujo preenchimento não se aplicam a esta Superintendência.

O item 3.3 da Portaria TCU 150/2012, que trata da remuneração paga a administradores, não se aplica à Polícia Federal.

Os quadros referentes à programação orçamentária originária das despesas, previstos na Portaria TCU nº 150/2012, são realizados apenas pela Coordenação de Orçamentos e Finanças (COF), órgão central da Polícia Federal, e não foram incluídos no presente relatório. A SR/DPF/MA opera apenas na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação.

Considerando que esta Unidade não foi citada explicitamente no PPA, como responsável por executar programas de trabalho, as informações sobre programas do PPA, de responsabilidade da UJ (item 4.1 da Portaria do TCU), constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF, posto que os dados sobre previsão física e financeira inicial dos Programas e Ações, percentagem de execução, comentários gerais e demais informações são preenchidas pelo gerente de cada programa, conforme informações requeridas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

Da mesma forma, alguns quadros do item 4.2 não serão preenchidos, uma vez que esta Regional não é uma unidade orçamentária (UO), nem possui unidades consolidadas ou agregadas, Unidade Gestora (UG) que tenham registrado, contabilmente, créditos originados da Lei Orçamentária Anual (LOA), assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício.

Esta UJ não possui passivos, para reconhecimento, por insuficiência de créditos ou recursos, não se aplicando o item 5.1.

Convém salientar que a SR/DPF/MA não realiza transferência de recursos mediante convênio, termos de cooperação, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres, posto que tal atribuição é privativa do órgão central do Departamento de Polícia Federal. Desse modo, não faz parte deste relatório o item 5.3 da Portaria TCU 150/2012.

Deixa-se de apresentar informações sobre o item 5.4, no que se refere a suprimento de fundos de Conta Tipo “B”, visto que a SR/DPF/MA não dispõe desse tipo de suprimento.

O item 5.5 da Portaria TCU - Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ não se aplica a esta Unidade. No mesmo entendimento, não há informações a serem prestadas por esta Unidade referentes ao item 5.6.

Considerando o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e na Instrução Normativa 69-DG/DPF, de 14.12.2012, as informações constantes no item 6.1 (força de trabalho da UJ, quadro A.6.1) e (qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a idade, quadro A.6.4) estão resguardadas por sigilo, assim não podem ser incluídos no presente relatório, ficando, entretanto, à disposição dos órgãos de controle.

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência

Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF, logo não constarão neste relatório as informações solicitadas nos itens 6.1.4.2, 6.1.5, 6.1.6 e 6.1.7.

As informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão não se aplicam ao DPF, assim, o item 6.2.1 da Portaria TCU 150/012 não consta no presente relatório.

Em relação aos itens 6.2.2 e 6.2.3 constarão no relatório do órgão central do DPF.

As informações constantes das alíneas “c” e “g” do item 7.1 não constam neste Relatório de Gestão por estarem resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa 69-DG/DPF, de 14/12/2012, publicada no BS 242. Entretanto, estarão à disposição dos órgãos de controle.

O item 8 está a critério da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), do DPF, e será respondido no Relatório de Gestão do órgão central.

No ano de 2012 não houve Deliberações do TCU e nem do OCI a serem atendidas pela SR/DPF/MA.

Não há informação sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna (Item 10.2 da Portaria TCU 150/2012), uma vez que a SR/DPF/MA não dispõe da citada unidade.

Os itens 11.3, 11.4 e 11.5 não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada.

Os itens constantes da parte B, do Anexo II, da DN TCU nº 119/2012, não se aplicam à natureza jurídica desta Superintendência Regional.

Por oportuno, merece registro o disposto no Decreto nº 7.689/2012, onde foram estabelecidos limites para gastos com diárias e passagens pelo Poder Executivo Federal. A Portaria nº 492 do Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 20 de março de 2012, fixou os limites a serem observados pela Polícia Federal, no exercício de 2012, para as referidas despesas.

Foram repassados os valores de diárias (policiais e administrativas) e passagens dos meses de janeiro e fevereiro de acordo com o estabelecido na Portaria de Cotas Orçamentárias para 2012. Entretanto, para os meses de março a dezembro as cotas obedeceram aos limites impostos pelo Decreto nº 7689/2012 e Portaria MJ nº 492/2012. A rotina das operações policiais permanentes não foi alterada, haja vista ter sido constituída reserva para custear os gastos com diárias e passagens dessas atividades.

As principais realizações da Unidade, no exercício de 2012, foram direcionadas para otimizar as atividades de polícia judiciária, bem como as deflagrações de operações policiais que reprimiram os crimes combatidos pela Polícia Federal. No que diz respeito à melhoria das atividades de polícia judiciária, foram continuadas diversas ações voltadas a identificar e resolver os problemas que retardavam a conclusão dos inquéritos, bem como para permitir maior atuação na área operacional. Dentre as ações adotadas merecem destaque: a atuação do Grupo de Saneamento de Inquéritos – GSI, que passou a ter dedicação exclusiva sobre os inquéritos com mais de 05(cinco) anos de tramitação; a Operação Caravelas, com a finalidade de realizar diligências, dentro da circunscrição da SR/DPF/MA, relacionadas aos IPL’s em andamento; adoção de metas de produtividade e criação de incentivos, considerando como índices a instauração e conclusão de inquéritos; otimização dos serviços do Núcleo de Correções da Corregedoria Regional – NUCOR/COR/SR/DPF/MA.

Com relação às realizações ligadas à atividade-fim da unidade, houve a reestruturação da Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DRCOR, que passou a concentrar e coordenar todas as atividades operacionais da SR e das delegacias descentralizadas (DPF/CXA/MA e DPF/ITZ/MA), com deflagração de várias operações policiais, tais como ACAUÃ, SERTÃO e COPII, além da Operação Arco de Fogo/Defesa da Vida, com base instalada em Santa Inês/MA, desde 2009, contra os crimes ambientais.

As principais dificuldades para realização dos objetivos desta Unidade Jurisdicionada recaíram, em geral, nas limitações orçamentárias, a exemplo do Decreto nº 7.689/2012, da Presidência da República, que estabeleceu limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício, cujo impacto repercutiu, sobretudo, nas áreas de atuação

institucional; assim como na limitação de servidores policiais e administrativos, ainda em número incompatível com a demanda da Polícia Federal no Estado.

Os planos e projetos para o exercício de 2013 perpassam por medidas de otimização dos controles internos, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das delegacias, núcleos, setores e demais unidades desta Regional, assegurando mais equipamentos e pessoal, buscando prover condições de trabalho mais adequadas, para o cumprimento das suas missões.

3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

3.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

A atuação da unidade se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no Estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária”, atuando com a atenção focada na sua VISÃO DE FUTURO que é “tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

3.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

As principais atuações da SR/DPF/MA seguiram diretrizes da Direção-Geral, com orientação das diretorias e coordenações das respectivas áreas, em busca de realizar seu plano estratégico, considerando as características inerentes ao estado do Maranhão. Para atender aos objetivos propostos foram realizadas ações de capacitação e valorização do servidor, promoção da cidadania, racionalização dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis, visando a otimização dos bens e recursos materiais, bem como realização de operações policiais para prevenir e reduzir a criminalidade.

3.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

Especificamente quanto ao planejamento estratégico para melhoria da produtividade de polícia judiciária e combate à criminalidade, a unidade deu continuidade ao Grupo de Saneamento de Inquéritos – GSI e à Operação Caravelas. O GSI foi criado pela Portaria nº 032/2011-GAB/SR/DPF/MA, de 09/06/11, subordinado à Delegacia Regional Executiva – DREX/SR/DPF/MA, com a finalidade de diminuir o número de inquéritos policiais em tramitação na circunscrição da SR/DPF/MA, em especial procedimentos identificados como “mais antigos”, instaurados até o ano de 2006, que correspondiam a 18% (dezoito por cento) dos IPL’s em andamento na SR, possibilitando a aplicação de recursos materiais e de pessoal em investigações atuais, com maior chance de resultado satisfatório. Desse modo, os serviços desenvolvidos pelo GSI foram fundamentais para elevar a produtividade da SR/DPF/MA, que alcançou, em 2012, o primeiro lugar nacional entre todas as Superintendências Regionais do DPF, pelo segundo ano consecutivo, com o índice de 117% (cento e dezessete por cento), na relação entre inquéritos instaurados por inquéritos relatados, segundo dados do Sistema de Cartório (SISCART) e da Corregedoria-Geral de Polícia Federal (COGER/DPF).

Criada em julho/2011 para dar suporte ao GSI e às demais investigações em andamento na SR/DPF/MA, a Operação Caravelas é coordenada pela DREX/SR/DPF/MA. Tal operação consistiu na divisão da circunscrição da SR em 04 (quatro) macrorregiões: I – Baixada, II – Santa Inês/Bacabal, III – Barra do Corda e IV – Chapadinha. Semanalmente, é enviada a uma daquela regiões uma expedição, com equipe de policiais federais composta de 01 delegado, 01 escrivão e 02

agentes. Após encaminhamento de diligências à DREX/SR/DPF/MA, as missões foram realizadas de acordo com a demanda de cada região e considerando os inquéritos mais antigos. Abaixo, tem-se o quadro comparativo da produtividade de IPL's entre os exercícios de 2012, 2011 e 2010.

Quadro 5 – Produtividade de Polícia Judiciária da SR/DPF/MA

UNIDADE	ANO/Quantidade de IPL's								
	2012			2011			2010		
	(*)And.	Inst.	Rel.	And.	Inst.	Rel.	And.	Inst.	Rel.
SR/DPF/MA	2.640	922	1.083	2.748	660	1.511	3.683	748	1.231
Produtividade (**)	117%			229%			165%		
DPF/CXA/MA	194	224	216	502	195	240	540	239	287
Produtividade	96%			123%			120%		
DPF/ITZ/MA	278	243	202	264	224	421	512	304	481
Produtividade	83%			188%			158%		
TOTAIS	3.112	1.389	1.501	3.514	1.079	2.172	4.735	1.291	1.999
Produtividade	108%			201%			155%		

Fonte: SISCART e COGER/DPF.

* → And = N°s de IPLs em andamento, Inst. – N°s de IPLs instaurados, Rel. = N°s de IPLs relatados ou concluídos.

** → a produtividade se dar por: n° IPLs relatados/n° IPLs instaurados. Para a COGER a produtividade de IPL's a ser atingida tem que ser superior a 100%.

Considerando, de outro modo, a produtividade da Polícia Federal nos Estados, com valoração dos índices de produtividade não apenas das Superintendências Regionais, mas também das delegacias descentralizadas, as unidades da Polícia Federal no Maranhão alcançaram, em 2012, globalmente, o 3º lugar nacional de produtividade, sendo o seguinte o histórico dos últimos anos:

2010 – PF no Maranhão (todas as unidades): 3ª lugar nacional de produtividade.

2011 – PF no Maranhão (todas as unidades): 1ª lugar nacional de produtividade.

2012 – PF no Maranhão (todas as unidades): 3ª lugar nacional de produtividade.

Nota-se que, a partir de 2010, a unidade desenvolveu métodos bastante eficientes para elevar sua produção de polícia judiciária, estando sempre entre os três primeiros lugares em todo o Brasil e 1º lugar geral nas capitais. Vale ressaltar que houve uma redução significativa na carga de IPL's em andamento de 2010 para 2012, ou seja, 1.623 inquéritos foram concluídos em dois anos de trabalhos intensos, ou seja, 34% dos IPL's em andamento no Estado foram finalizados. Para alcançar este patamar privilegiado, além do já citado GSI, a Operação Caravelas e o Cartório Único criado em 2010, a SR implementou ações de produtividade e continuou com incentivos aos servidores para atingir seu objetivo de produção. Considerando como índices a instauração e conclusão de inquéritos, foi estabelecido que 150% de produtividade seria a meta individual a ser atingida e 250% de produtividade a meta para obtenção do incentivo, consistente na compensação orgânica por trabalho excedido: compensação orgânica de 08 horas a cada 250% de produtividade alcançada, partindo-se do pressuposto que, para obtenção desses resultados, exige-se dedicação ao trabalho maior que a jornada ordinária.

A produtividade de polícia judiciária de cada Delegacia das unidades da SR/DPF/MA é mostrada abaixo:

Quadro 6 – Estatística das Delegacias

DELEGACIA	QUANTIDADE IPL RELATADOS 2012	QUANTIDADE IPL INSTAURADOS 2012	PRODUTIVIDADE 2012 ¹	PRODUTIVIDADE 2011
DELEMIG	32	0	-	437,5 %
DELEPREV	229	232	98,7%	197,1 %
DELEFAZ	466	352	132,4%	279,5 %

DELINST	99	56	176,78	386,2 %
DELESP	18	11	166,6%	-
DELEMAPH	81	67	121%	229,4 %
DELEPAT	61	14	436%	84,6 %
DELEAQ	3	5	60%	11,4 %
DELEFIN	14	171	8,2%	142,8 %
DRE	80	14	571%	127,8 %
DPF/CXA/MA	216	224	96,4%	123,0 %
DPF/ITZ/MA	202	243	83,1%	188,0 %

Fonte: SISCART

¹ → A produtividade das delegacias dar-se-á por: n° IPL relatados/n° IPL instaurados

Seguindo, tem-se os resultados das ações de polícia administrativa atingidos pela SR/DPF/MA durante o ano de 2012.

Na área de imigração, é digno de registro, desde agosto de 2009, a implementação do passaporte brasileiro dentro dos padrões internacionais, com dezoito elementos de segurança. Desta forma, o governo brasileiro cumpre, no território nacional, o compromisso constante do Documento n° 9.303, da Organização da Aviação Civil Internacional (ou, em inglês, *International Civil Aviation Organization - ICAO*), agência da Organização das Nações Unidas – ONU especializada na matéria. Assim, atualmente, todos os postos emissores da Polícia Federal no território brasileiro expedem o novo passaporte comum com padrão internacional.

A importância do novo Sistema Nacional de Passaportes vai além do cumprimento de um compromisso internacional do Brasil, constituindo-se em verdadeiro benefício para o cidadão brasileiro portador do novo documento de viagem. Com o passaporte no padrão ICAO, o documento nacional possui maior confiabilidade e segurança, agilizando o cidadão em suas viagens ao estrangeiro.

Quadro 7 – Estatística de Passaportes e Outras Atividades de Migração

PASSAPORTE	2012	2011	2010	2009
Comum	14.890	15.066	11.146	5.914
Emergencial	152	194	11	74
Estrangeiros	-	0	0	0
OUTRAS ATIVIDADE	QUANTITATIVO/ANO			
	2012	2011		
Registro com CIEP¹ – PERMANENTE	128	133		
Registro com CIET – TEMPORÁRIO	356	268		
Prorrogação de prazo – TURISTA	152	124		
Pedido de prorrogação de prazo – ESTUDANTE OU RELIGIOSO	123	120		
Pedido de naturalização – EXTRAORDINÁRIA E COMUM	10	08		
Pedido de Permanência – CASAMENTO OU FILHOS	63	74		
Outros (Restituição de taxas, Segunda via de carteiras, Auto de infração, Notificação, Ofícios etc.)	152	169		
Inclusão de Mandado de Prisão no Sistema Nacional de Procurados e Impedidos – SINPI	1.038	479		

Fonte: Sistema Nacional de Passaporte/DPF - ¹ CIE – Carteira de Identificação de Estrangeiro.

Em 2012, em todo o Maranhão foram emitidos 14.890 passaportes comuns, 152 emergenciais, expedidos nas unidades da PF em São Luís, Caxias e Imperatriz. Os números são ligeiramente

menores que o ano anterior, mas é incessante a procura pelo documento para as viagens internacionais, principalmente devido à estabilização do Real frente à crise mundial, bem como o aumento do poder aquisitivo dos brasileiros.

A atividade de passaporte é realizada pela DELEMIG que executa, também, as inclusões de mandados de prisão no Sistema Nacional de Procurados e Impedidos, a permitir a localização e prisão de pessoas desaparecidas ou foragidos.

Além de contar com a DELEMIG, que fiscaliza o tráfego de pessoas no Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, em São Luís, e a DPF/ITZ/MA, que atua no Aeroporto de Imperatriz/MA, a SR/DPF/MA possui o Núcleo de Polícia Marítima – NEPOM, subordinado à DREX, para realizar o controle de tráfego marítimo internacional.

Quadro 8 – Estatística de Polícia Marítima

ATIVIDADE	2012	2011	2010
INQUÉRITOS INSTAURADOS	00	00	00
TERMO DE RECONHECIMENTO E LACRE DE CADÁVER P/TRANSLADO	01	02	00
REPATRIAÇÃO	00	00	03
EMBARCAÇÕES QUE RECOLHERAM A TAXA GRU	434	1011	954
EMBARCAÇÃO ISENTA DE PAGAMENTO DA TAXA (CABOTAGEM)	280	310	240
EMBARCAÇÕES QUE RECOLHERAM A TAXA GRU EM JUÍZO	664	00	00
TOTAL DE EMBARCAÇÕES FISCALIZADAS	1378	1321	1194
VALOR RECOLHIDO EM REAIS	937.472,10	537.902,55	507.575,70
VALOR DEPOSITADO EM JUÍZO	0,00	00,00	00,00
MOVIMENTAÇÕES EFETUADAS (EMBARQUE)	894	1198	843
MOVIMENTAÇÕES EFETUADAS (DESEMBARQUE)	5770	4197	2.507
REGISTRO DE TRIPULANTE OU RESTABELECIMENTO COM NOVO VISTO	41	299	197
VALOR RECOLHIDO EM R\$ (REGISTRO/CIE)= 64,58 + 124,23	7.741,21	56.454,19	37.195,57
REGISTROS DE TRIPULANTES (PRAZO INFERIOR A 30 DIAS)	00	15	07
VALOS RECOLHIDO EM R\$ (REGISTRO) = 64,58	0,00	968,70	452,06
RESTABELECIMENTO DE REGISTRO DE TRIPULANTE MESMO VISTO	17	29	07
VALOR RECOLHIDO (R\$ 124,23) = TOTAL	2.111,91	3.602,67	869,61
AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA DE EMPRESA	07	16	10
AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO	07	09	11
VALOR RECOLHIDO EM REAIS (MULTA)	136.323,36	228.006,31	5.604,17
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE TRIP. TEMPORÁRIO V	00	00	00
TOTAL RECOLHIDO	1.083.648,58	826.934,42	551.697,11

Fonte: DEPOM/DREX/SR/DPF/MA

Em cumprimento a normas internacionais, o NEPOM realizou, no decorrer do ano de 2012, o controle de acesso aos portos organizados da cidade de São Luís (ITAQUI, VALE e ALUMAR), consistindo na recepção, por *e-mail*, e pesquisa ou inserção de nomes e/ou formulários simples de cadastro nos sistemas corporativos do DPF, seguindo-se à autorização do plantonista de dia.

Os policiais realizaram fiscalizações das embarcações de longo curso e cabotagem, nos termos da Instrução de Serviço nº 03, de 29 de setembro de 1997. Além das referidas fiscalizações, os policiais de plantão são responsáveis pela lavratura de autos de infração e notificação de estrangeiros e empresas por descumprimento à legislação pertinente; instrução de procedimentos de imigração, repatriação e deportação.

Ressalte-se, por fim, que foi arrecadado para o FUNAPOL mais de R\$ 1 milhão de reais em multas e fiscalizações de embarcações, consequência do aumento das autuações, mesmo com um reduzido efetivo lotado naquele Núcleo.

Quadro 9 – Estatística de Produtos Químicos

ATIVIDADES	QUANTIDADE			
	2012	2011	2010	2009
EMPRESAS FISCALIZADAS	00	00	00	01
CADASTROS APROVADOS	15	17	00	24
LICENÇAS RENOVADAS	32	35	45	46
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS	00	00	00	00
VALORES ARRECADADOS – TAXAS	R\$ 7.640,00	R\$ 43.250,00	R\$ 49.500,00	R\$ 39.300,00
VALORES ARRECADADOS – MULTAS	R\$ 48.750,00	R\$ 0,00	R\$ 6.600,00	R\$ 0,00 (*)
TOTAL ARRECADADOS	R\$ 56.390,00	R\$ 43.250,00	R\$ 56.100,00	R\$ 39.300,00

Fonte: DELEAQ/DREX/SR/DPF/MA

(*) O valor referente à multa é consequência de autos de infração instaurados pela SR/DPF/MA em exercício anteriores, após as fiscalizações realizadas naqueles anos. Assim, o procedimento é encaminhado pela Unidade para o órgão central responsável pela análise do processo e, conforme decisão é aplicada a multa na Empresa.

Outra atividade de suma importância na área policial é a ação de caráter sigiloso na área de segurança pública. É necessária a mobilização de meios para execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna. Na unidade, o controle é efetuado basicamente pelo Núcleo de Inteligência Policial (NIP) e predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na consecução das ações de inteligência das respectivas operações policiais aprovadas e no pagamento de despesas diversas que exigem sua pronta quitação e não podem esperar o procedimento ordinário de execução, conforme previsão legal.

Várias operações policiais fazem uso de recursos oriundos do Plano de Ação de Caráter Sigiloso. Ressalte-se que a utilização do suprimento sigiloso subsidia as ações de repressão ao tráfico de entorpecentes, armas e combate à lavagem de dinheiro, combate ao contrabando e ações deletérias ao meio ambiente. Várias ações de inteligência foram realizadas no exercício, algumas em parceria com as unidades congêneres de outros Estados, com a finalidade de apoiar as operações da SR/DPF/MA, e com as delegacias especializadas no combate aos assaltos a banco e agências dos Correios, bem como o tráfico de entorpecentes, com ações que desmantelaram quadrilhas no interior do estado e capital.

Quadro 10 – Estatística de Segurança Privada

DADOS ESTATÍSTICOS		
DADOS	TOTAL	
ANO →	2012	2011
MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA DELEGACIA	159	159
EFETIVO DA DELEGACIA	04	04
AGÊNCIAS BANCÁRIAS	281	266

POSTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO	48	59
CARROS FORTES	47	82
EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	24	26
EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES	04	03
EMPRESAS DE SEGURANÇA ORGÂNICA	02	05
CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES	04	03

TOTAL DE PROCESSOS INSTAURADOS:						
ASSUNTO		MODALIDADE		TOTAL		
ANO →		2012	2011			
AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL		01	01		
	CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES		01	00		
ALTERAÇÃO DE ATOS CONSTITUTIVOS	MUDANÇA DE ENDEREÇO		01	00		
	SÓCIOS		04	02		
OUTROS PROCEDIMENTOS	REVISÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO		24	20		
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE SEGURANÇA		24	20		
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE VISTORIA		47	39		
	AUTOS DE CONSTATAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO		17	17		
	CANCELAMENTO/ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES		01	01		
	COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES COM ARMAS		123	24		
OUTRAS ATIVIDADES:						
DESCRIÇÃO			TOTAL			
ANO →			2012	2011		
VISTORIA DAS INSTALAÇÕES DE EMPRESA DE VIGILÂNCIA E ORGÂNICA			26	20		
VISTORIA DE VEÍCULOS ESPECIAIS DE TRANSPORTE DE VALORES			47	39		
VISTORIA DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS E PAB'S			329	237		
CONSULTAS / INFORMAÇÕES PRESTADAS SOBRE SEGURANÇA PRIVADA			75	06		
ARRECADAÇÃO:						
TOTAL DE GARFUNAPOL ARRECADADO			607.262,56	491.479,54		

Fonte: DELESP/DREX/SR/DPF/MA

Quadro 11 – Estatística da Corregedoria Regional de Polícia

ANO	AÇÃO				
	Processo Administrativo Disciplinar	Sindicância Investigativa	Sindicância Punitiva	Processo Especial	Investigação Prévia
2009	03	05	00	02	03
2010	02	06	01	00	03
2011	03	04	02	00	01
2012	05	08	00	00	05

Fonte: COR/SR/DPF/MA

A SR/DPF/MA realizou a prevenção e repressão aos crimes praticados contra bens serviços e interesse da União com a finalidade de combater o contrabando e o descaminho, além dos crimes contra a propriedade intelectual e industrial (pirataria); cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos); o tráfico de entorpecentes; a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; o trabalho escravo; conflitos agrários e fundiários; contra a previdência social, direitos humanos, comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Para isso, a unidade realizou várias operações no exercício. Tem-se, abaixo, as principais:

Quadro 12 – Operações da SR/DPF/MA

DATA	NOME DA OPERAÇÃO	REPRESSÃO	LOCAL	AÇÃO	APRENSÕES	QUANT. POLICIAIS	PRESOS
06/03	SINISTRO	Fraudes em Seguro DPVAT, com prejuízo para a CEF	Imperatriz/MA, Senador La Rocque/MA e Marabá/PA.	A investigação teve início após a abertura e a movimentação de três contas bancárias na Caixa Econômica Federal, em Imperatriz, com a utilização de documentos falsos, inclusive procurações públicas, nas quais foram depositados e sacados os valores de três seguros DPVAT, no valor individual de R\$ 9.450,00 cada, totalizando o montante de R\$ 28.350,00, o que resultou na instauração de Inquérito Policial em março de 2011. O prejuízo total causado é estimado em R\$ 1,5 milhão somente no ano de 2011.	15 mandados de busca e apreensão	89	12
24/03	-	Cédula Falsa	Porto Franco/MA	Mais de R\$50 mil foram apreendidos pela Polícia Federal na madrugada do sábado (24). As notas estavam em uma mochila com um homem que trabalha como mototaxista. Ao revistar a bagagem os policiais encontraram R\$ 50.700,00 em notas falsas de R\$ 100 e R\$ 50. O dinheiro falso foi apreendido durante uma operação conjunta da PF e da PRF na rodovia Belém/Brasília.	Notas falsas de R\$ 100 e R\$ 50.	4	1
10/04	-	Tráfico de Entorpecentes	São Luis/MA	Ação na capital na madrugada de domingo, 08/04, que resultou na prisão de uma mulher e na apreensão de 8,390 kg de cocaína.	8,390kg de cocaína	PF's	01 mulher

				receberam informações de que uma mulher identificada como A.P.P. traria a droga para São Luís em um voo que chegaria no aeroporto na madrugada de domingo, 08/04.			
27/04	-	Contrabando e descaminho	Porto de Itaúna em Alcântara/MA.	A Superintendência Regional de Polícia Federal no Maranhão realizou na sexta-feira, 27/04, operação conjunta com a Receita Federal, Grupo de Operações Especiais da Polícia Militar de Pinheiro (GOE) e Grupo Tático Aéreo (GTA) no Porto de Itaúna em Alcântara/MA, com o objetivo de reprimir a entrada de mercadorias ilegais no país.	04 carretas contendo caixas de cigarros, óculo de sol, tênis e roupas de marcas esportivas internacionais. R\$ 16.000,00.	PF's, GOE/PM/MA, GTA/MA e Fiscais da Receita Federal	1
02/05	-	Pornografia Infantil	São Luis/MA	Policiais Federais prenderam em flagrante na manhã de 02/05, um homem com material pornográfico infantil no bairro Alemanha em São Luís. A equipe da DELINST cumpriu mandado de busca e apreensão na residência do aposentado de 56 anos. O fato que deu início ao inquérito policial ocorreu em 2005 na Austrália. Constatada a postagem de imagens de pornografia infantil em um site da Austrália. A investigação começou quando a polícia australiana entrou em contato com a embaixada e repassou a informação para a Polícia Federal brasileira.	Notebooks, CPU e HD externo.	PF's	1
17/05	-	Tráfico de entorpecentes	São Luis/MA	O entorpecente foi apreendido m fiscalização de rotina no Aeroporto Internacional Marechal Hugo da Cunha Machado. A cocaína, que estava embalada em plástico preto e acondicionada em porta-cds e papel para presente, foi localizada na bagagem de uma passageira que chegou a São Luís em um voo procedente da cidade de Porto Velho/RO. J.A.S.M, 20 anos, natural de Porto Velho/RO, foi presa em flagrante por tráfico interestadual de drogas.	15kg de cocaína, insumos químicos para produção de merla, como barrilha e solventes, baldes e balanças, um veículo gol, uma moto, uma arma de fogo, comprovantes de depósito bancário no total de R\$ 63.400,00 e mais de cinco mil reais em espécie.	PF's	1
17/05	-	Tráfico de	Imperatriz/MA	Polícia Federal apreendeu cocaína em uma	30,7 kg de cocaína.	PF's	2

		entorpecentes		barreira montada próxima a Porto Franco. Policiais Federais receberam a informação de que um veículo Saveiro vermelho entraria no Maranhão pela cidade de Estreito trazendo a droga. As equipes se deslocaram para a BR-010, nas proximidades da cidade de Porto Franco, e, às 16:00 horas, foi feita a abordagem no referido veículo, que tinha em seu interior dois homens. Os mesmos foram revistados, juntamente com sua bagagem, e nela foi encontrada uma bolsa contendo quatro volumes de cocaína.			
31/05	-	Tráfico de entorpecentes	São Luis/MA	Em fiscalização de rotina no Aeroporto Internacional Marechal Hugo da Cunha Machado, policiais federais da Delegacia de Repressão a Entorpecentes apreenderam 43,7 kg de cloridrato de cocaína escondidos na bagagem de uma passageira e no veículo que veio buscá-la no aeroporto. Ao abrir a mala de S.C.C., 42 anos, os policiais encontraram treze tabletes de cocaína embalada em plástico colorido. Em seguida, fecharam a mala e esperaram que a mulher a retirasse para acompanhá-la e verificar se alguém viria buscá-la no aeroporto. A mulher se dirigiu até um veículo Corolla preto com placas do Ceará, onde dois homens a aguardavam. Neste momento, a equipe de policiais efetuou a abordagem dos suspeitos, V.C.A. de 20 anos e J.L.A. de 24 anos, e constatou que havia um fundo falso no veículo, entre o bando traseiro e o porta-malas, onde foram localizados mais vinte e dois tabletes de cocaína embalados em plástico colorido. Em depoimento, um dos presos relatou que a cocaína seria levada para Fortaleza/CE e entregue a uma pessoa ainda não identificada. Devido à pureza da cocaína, acredita-se que a mesma seria enviada pela	43,7 kg de cloridrato de cocaína, 01 Corolla.	PF's	3

				quadrilha para o exterior			
09/06	-	Desvios de recursos públicos federais.	São Luis/MA	Polícia Federal no Maranhão prenderam na madrugada de sábado, 09 de junho, um homem que carregava 2 kg de cocaína junto a seu corpo, no momento de seu desembarque no Aeroporto Internacional Marechal Hugo da Cunha Machado em São Luís.	2,5 kg de cocaína.	PF's	1
15/06	-	Homicídio	São Luis/MA	Retrato falado feito pela Polícia Federal ajudou a prender suspeito de assassinar o jornalista Décio Sá. O Secretário de Segurança, Aluísio Mendes, revelou que o retrato falado divulgado no dia 31 de maio foi fundamental para a prisão de Jonathan Sousa Silva, de 24 anos, acusado de ter assassinado o jornalista de O Estado do Maranhão e blogueiro Décio Sá.	-	-	1
28/06	DIRTYNET	Pornografia Infantil	São Luis/MA	A Polícia Federal desencadeou na quinta-feira, 28, a Operação DirtyNet com o objetivo de desarticular uma quadrilha que compartilhava material de pornografia infantil na internet. Foram cumpridos 50 mandados de busca e apreensão e 15 mandados de prisão nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Norte e no Distrito Federal.	HDs, computadores, mídias, <i>pendrives</i> , entre outros acessórios para armazenamento de arquivos digitais, câmeras fotográficas e filmadoras.	PF's	1
05/07	-	Tráfico de entorpecentes	São Luis/MA	Em fiscalização de rotina no Aeroporto Internacional Marechal Hugo da Cunha Machado, em São Luís, policiais federais identificaram um passageiro suspeito em um voo procedente de Manaus/AM e encontraram em sua bagagem mais de 10 kg de cloridrato de cocaína. O entorpecente estava acondicionado em 10 tabletes embrulhados com plástico laranja. Após levantamentos realizados durante o dia de	10 kg de cloridrato de cocaína e 01 caminhonete.	PF's	3

				ontem, foram identificados os receptadores da cocaína apreendida, os quais foram presos em um hotel na Avenida Litorânea em São Luís.			
06/07	-	Contrabando	Imperatriz/MA	Políciais federais lotados na Delegacia de Imperatriz/MA, após um trabalho de investigação, prenderam em flagrante o nacional R.I. pelo crime de contrabando e descaminho, no momento em que o mesmo transportava cigarros de origem estrangeira em um caminhão de procedência do Mato Grosso do Sul.	Cigarros e 01 caminhão	PF's	1
09/07	-	Tráfico de entorpecentes	São Luis/MA	Sexta apreensão de cocaína no aeroporto de São Luís no ano de 2012.	3kg de cloridato de cocaína.	PF's	1
13/07	-	Tráfico de entorpecentes	Açailândia/MA	Políciais Federais da Delegacia de Imperatriz/MA, juntamente com Políciais Rodoviários Federais, realizaram uma barreira na cidade de Açailândia/MA na madrugada do dia 13 de julho, e, por volta das 4:00 horas, abordaram um veículo com placas da cidade de Bela Santíssima Trindade/MT. Após uma busca minuciosa no referido veículo, foram encontrados quatro pacotes contendo uma substância esbranquiçada e uma garrafa plástica com 500 ml de um líquido incolor. O material estava escondido na parte inferior do painel do veículo. Diante dos fatos, F.F.S., 30 anos e J.C.S., 29 anos, ocupantes do carro, foram encaminhados à Delegacia de Polícia Federal em Imperatriz.	1 kg de cocaína mais ácido bórico.	PF's	6
09/08	-	Exploração irregular de serviços de radiodifusão e de serviços de retransmissão de TV	Balsas e Riachão/MA	Polícia Federal em Imperatriz cumpriu mandados de busca e apreensão, expedidos pela Justiça Federal, na Associação Comunitária de Radiodifusão (Rádio Cultura 96,3 Mhz), na Cidade de Balsas/MA, e na Televisão Canal 7, situada no Morro da Penha em Riachão/MA. Na ação, a rádio e a TV	Equipamentos utilizados na exploração irregular de serviços de radiodifusão e de serviços de retransmissão de TV.	PF's	-

				foram fechadas e foram apreendidos equipamentos utilizados na exploração irregular de serviços de radiodifusão e de serviços de retransmissão de TV.			
12 e 13/09	-	Extração ilegal de madeira, furto de patrimônio da União	Maranhãozinho /MA	A Polícia Federal realizou ação de combate à extração ilegal de madeira em terras indígenas, nos dias 12 e 13 de setembro, nas localidades de Povoado do centro do Elias e Quadra 80-I, do município de Maranhãozinho/MA, como resultado da Operação Arco de Fogo. A investigação partiu de informações obtidas por equipes da Operação Arco de Fogo no final de 2011 de que a prefeitura do município de Maranhãozinho/MA estaria cobrando “pedágio” para que caminhões de transporte de madeira entrassem nas terras indígenas de Alto-Turiaçu, onde era extraída ilegalmente madeira em tora de árvores nativas de diversas essências.	Uma arma de fogo (revólver), um caminhão que transportava aproximadamente 6m ³ de madeira extraída de forma ilegal, correntes que bloqueavam a entrada dos locais e fichas/tickets que eram obtidos na prefeitura de Maranhãozinho/MA para permitir a entrada controlada dos caminhões nas referidas localidades.	PF's	6
20/09	ALLIEN	Desvios de Recursos Públicos (FUNDEB e Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar-PNATE), uso de documento falso e formação de quadrilha	Paço do Lumiar, Igarapé Grande, São José de Ribamar e São Luis/MA	A Operação Allien (nome alusivo ao filme Allien, baseado em um parasita, que se utiliza dos recursos do hospedeiro consumindo e parasitando inteiramente o organismo) nas cidades de Paço do Lumiar, Igarapé Grande, São José de Ribamar e São Luis, para executar 20 Mandados de Busca e Apreensão e 19 Mandados de Cumprimento de Medidas Cautelares Diversas da Prisão. A ação é resultado de um trabalho conjunto com a Controladoria Geral da União – CGU.	05 veículos, 09 notebooks, 27 HDs, 1 Ipad, R\$ 262.000,00 em espécie, 13 cheques no valor total de R\$ 436.000,00, recibos e diversos documentos.	75	16 investigados passaram a ser monitorados eletronicamente por tornozeleiras.
22/09	-	Desobediência	São Luis/MA	A Polícia Federal autuou em flagrante um dos monitorados por tornozeleira eletrônica da Operação Allien referente à desarticulação de quadrilha que atuava na prefeitura de Paço do Lumiar, fraudando licitações e desviando	-	PF's	1

				recursos públicos federais da educação, por meio de empresas fantasmas e vários tipos de documentos falsificados. O sistema de monitoramento eletrônico constatou que o monitorado descumpriu as medidas cautelares impostas pela Justiça de recolhimento à sua residência no período noturno e nos dias de folga, pois na noite de sexta-feira estava em um bar no bairro do Turu em São Luís, e no sábado pela manhã não se encontrava em sua residência.			
24/10	-	Tráfico de Entorpecentes	São Luis/MA	Policiais Federais prenderam C.R.M.A., 36 anos, natural de Pinheiro/MA. O preso foi localizado no bairro da COHAB em São Luís. A prisão ocorreu em cumprimento a Mandado de Prisão expedido pela 1ª Vara Criminal da Justiça Federal em São Luís, pelo crime de tráfico de drogas, com pena de 4 anos de reclusão. Ele já havia cumprido pena anteriormente por tráfico de drogas e havia sido posto em liberdade no início do mês de outubro.	-	PF's	1
08/11	-	Estelionato	Barreirinhas/MA	Policiais Federais do Núcleo de Operações realizaram uma prisão em 08/11, no interior do Maranhão. A equipe prendeu P.C.S., 55 anos, na cidade de Barreirinhas/MA. A prisão ocorreu em cumprimento a um Mandado de Prisão Preventiva expedido pela 2ª Vara Criminal da Justiça Federal em São Luís. O preso responde pelo crime de estelionato.	-	2	1
12/11	-	Responsabilidade e por apropriação de bens ou rendas públicas	Pirapemas/MA	A.S.P, o preso, é ex-prefeito da cidade de Bom Jardim/MA e foi condenado a 4 anos de prisão pelo crime de responsabilidade por apropriação de bens ou rendas públicas (art. 1º, I do Decreto-Lei nº 201/67). Ele foi encaminhado ao Centro de Triagem de Pedrinhas, onde permanecerá à disposição da	-	2	1

				Justiça Federal.			
21/11	-	Responsabilidade	São Luis/MA	Políciais federais do NO/DREX prenderam o ex-prefeito do município de Cândido Mendes/MA, gestão 1993 a 1996. O ex-prefeito, de 56 anos de idade, foi localizado e preso por volta das 15h00, em São Luís/MA. A prisão ocorreu em cumprimento a um Mandado de Prisão expedido pela 2ª Vara Criminal da Justiça Federal em São Luís.	-	2	1
22/11	-	Responsabilidade	Teresina/PI	Uma equipe de policiais federais do NO/DREX localizou e prendeu em Teresina/PI, a ex-prefeita do município de Santo Antônio dos Lopes/MA, gestão 1989 a 1992. A ex-prefeita, de 70 anos de idade, foi presa em cumprimento a mandados de prisão expedidos pela 1ª e 2ª Varas Criminais da Justiça Federal em São Luís. Na 2ª Vara, a ex-prefeita não foi localizada para responder a processo criminal movido pelo Ministério Público Federal que, então, requereu sua prisão preventiva com fundamento na conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal. Na 1ª Vara, foi condenada a uma pena de 8 anos e 4 meses de prisão pelo crime de responsabilidade (art. 1º, inciso I do Decreto-Lei nº 201/67) por apropriação/desvio de recursos públicos durante seu mandato (1989 a 1992), provenientes de convênios firmados com o extinto Ministério do Interior para a construção de um terminal rodoviário no município, e com o Ministério da Educação e do Desporto para a construção de unidade visando à melhoria nas condições da rede escolar municipal de ensino.	-	2	1
01/12	-	Moeda falsa	PIO XII	A Polícia Federal no Maranhão prendeu ex-candidato a vereador pelo PRB pelo município	-	2	1

				de PIO XII/MA. O ex-candidato, de 44 anos de idade, foi localizado e preso na cidade de PIO XII/MA por volta das 11h30min. A prisão ocorreu em cumprimento a um Mandado de Prisão expedido pela 2ª Vara Criminal da Justiça Federal em São Luís.			
11 e 12/12	SERTÃO	Assaltos a banco e agências dos Correios	São Luís/MA, Imperatriz/MA, Montes Altos/MA, Senador Canhedo/GO, Catanduvás/PR e Mossoró/RN	Operação realizada com o objetivo de desarticular quadrilha especializada em assaltos a banco e agências dos Correios na Região Tocantina. A quadrilha foi responsável pelo assalto a agência dos Correios de Sambaíba/MA; tentativa do assalto ao Banco do Brasil de Tasso Fragoso/MA; assalto a agência dos Correios de Montes Altos/MA; tentativa de Assalto ao Banco do Brasil de Querência/MT, assalto ao Banco do Brasil de Santa Helena/MA e assalto a agência dos Correios de Cidelândia/MA.	uma pistola, calibre 380, tipo Taurus.	42	14 mandados de prisão e 2 mandados de condução coercitiva
20/12	COPII	Extração irregular de madeira em terras indígenas	Maranhãozinho e Centro do Guilherme/MA.	A investigação teve início com a Operação Arco de Fogo no ano de 2011, com o levantamento de informações sobre desmatamento na reserva indígena ALTO TURIACU no estado do Maranhão, que gerou o IPL 18/2011/SR/DPF/MA. A quadrilha é formada por madeireiros, índios, policiais militares e políticos da região. De acordo com as investigações a prefeitura da cidade de Centro do Guilherme cobra uma taxa para que os caminhões madeireiros possam entrar na reserva e de lá retirar as toras para venda às serrarias. No entanto, essa atividade não é autorizada pelo IBAMA ou FUNAI e o dinheiro arrecadado não ia para os cofres públicos, mas para o bolso dos integrantes da quadrilha.	12 notebooks; 01 netbook; 01 HD; 01 espingarda de fabricação caseira; 04 camisetas pretas, com inscrições SEGURANÇA, logotipo da Prefeitura de Maranhãozinho/MA; 01 cinto fivela da Polícia Militar do Maranhão, acondicionando coldre, porta munição e porta carregador; diversos envelopes e pastas com documentos, além de documentos avulsos, tais como declarações, escrituras públicas, contratos de compra e venda e outros.	34	-
31/12	ACAUA	Desvio de	São Luis/MA	A Polícia Federal desencadeou na tarde da	Notas de pagamento de	-	-

		Recursos Públicos		segunda-feira, 31, último dia do ano, a OPERAÇÃO ACAUÃ, dando cumprimento a mandado de busca e apreensão requerido à Justiça Federal com o objetivo de obter provas relacionadas à má gestão de recursos federais repassados ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) administrado pelo Município de São Luís. O mandado foi cumprido numa residência localizada no bairro Vinhas, na capital maranhense, onde estava instalada uma empresa prestadora de serviços de manutenção de equipamentos hospitalares e de aparelhos de ar-condicionado, contratada pela Secretaria Municipal de Saúde.	combustível e de manutenção de ambulâncias do Samu 192, planilhas de controle de consumo de combustível, cartões de abastecimento, bem como vários processos administrativos relacionados a licitações de diversos serviços realizados pela Secretária		
--	--	-------------------	--	---	--	--	--

Fonte: DREX, DRCOR/SR/DPF/MA e Delegacias Especializadas.

No quadro acima, tem-se a atuação da Unidade nas principais ações operacionais realizadas no exercício. Abaixo, segue informações mais detalhadas sobre as prisões realizadas pela SR e suas delegacias do interior durante o exercício 2012.

Quadro 13 – Prisões realizadas no exercício

UNIDADE	QUANTIDADE
SR/DPF/MA	80
Flagrante	59
Mandados Prisão, cumpridos pelo NO	21
DPF/ITZ/MA ¹	14
DPF/CXA/MA	53
TOTAL	147

Fonte: SISCART, NO/DREX/SR/DPF/MA, DPF/CXA/MA e DPF/ITZ/MA

¹ → prisões realizadas em deflagração de operações.

Vale destacar que nos flagrantes de crimes realizados na circunscrição de São Luís/MA a unidade realizou as prisões de (16) pessoas contra o tráfico de entorpecentes, crimes previdenciários (9), pornografia infantil (4), crime ambiental (6), estelionato (6), contrabando (2), documentos falsos (5), crime eleitoral (3), desobediência e resistência (1), fraude processual (1), violência sexual (1), cédula falsa (4) e falsificação de documento público (1). Em algumas prisões realizadas no cumprimento de mandados foram presos ex-prefeitos e um ex-candidato a vereador de municípios do Estado do Maranhão.

Abaixo, segue o quantitativo de apreensões de drogas ilícitas no Estado.

Quadro 14 – Apreensões de Entorpecentes

SUBSTÂNCIA	QUANTIDADE
Maconha (kg)	0,620
Cocaína (kg)	139,224
Pasta base (kg)	10,516
Crack (kg)	---
Tetrahydrocannabinol (g)	999
Metametamina (g)	300
LSD(ponto)	1995
Pés de maconha destruídos (un)	---
Mudas de maconha destruídas (un)	---
Sementes de maconha destruídas (kg)	---

Fonte: DRE e Intranet/SR/DPF/MA com dados da DPF/CXA/MA e DPF/ITZ/MA.

No ano de 2012 foram intensificados os trabalhos de fiscalização no Aeroporto de São Luís com o objetivo de identificar suspeitos de tráfico de entorpecentes. Nas diligências executadas foram apreendidos aproximadamente 80kg (oitenta quilos) da substância cocaína. Havia um planejamento operacional para realização de ações de combate ao tráfico de drogas em municípios da circunscrição da Sede da SR/DPF/MA, para o segundo semestre do exercício, mas que não pode ser executada devido à greve nacional de policiais federais deflagradas no período.

Com relação ao tráfico de armas no Estado a unidade não realizou operação específica para combatê-lo, mas, através das apreensões das operações detalhadas no Quadro 12, algumas armas foram retiradas deste mercado negro, bem como através da campanha do desarmamento. Através do SINARM (Sistema Nacional de Armas), a SR/DPF/MA realizou as seguintes atividades:

Quadro 15 – Produção do SINARM no exercício

OCORRÊNCIA	DEFERIDOS	INDEFERIDOS
Aquisições de arma de fogo	108	90
Portes federais de arma de fogo	11	21
Renovações de registros de armas de fogo	535	00
Armas entregues na Campanha do Desarmamento	224 armas e 29 munições	

Fonte: SINARM

Outra atribuição de atividade-fim de suma importância para a área policial são as perícias e laudos referentes às ações de criminalística e identificação. A SR/DPF/MA segue os padrões da criminalística do INC/DITEC/DPF, tanto na execução dos exames, como na elaboração do laudo. De acordo com a área da perícia e a complexidade do exame, tem-se preferencialmente utilizado uma dupla de peritos, mas em alguns casos apenas um tem executado a rotina completa, com autorização da legislação processual penal. Resumem-se a seguir os resultados atingidos, incluindo outros “produtos” do SETEC/SR/DPF/MA.

No ano em curso foram solicitadas 387 perícias (360 originais, adicionadas a 27 cópias – desdobramento dos pedidos originais que continham mais de um tipo de exame). Adicionadas às 34 pendências ao final do ano de 2011, resultaram em 421 solicitações em carteira em 2012. Esta demanda foi atendida com a emissão de 405 documentos técnicos (laudos periciais, informações técnicas e informações), conforme resumido nos itens a seguir:

Quadro 16 – Atividades do Setor Técnico-Científico e do Grupo de Identificação

Atividade (SETEC)	Total
Informação	27
Informação Técnica	41
Laudo	331
Memorando	232
Ofício	45
Relatório Técnico	01
Total geral	677
Atividade (GID)	Quantidade
Identificação	723
a) Criminal	16
b) Estrangeiros	622
c) Funcional	85
Perícias Papioscópicas	21
Informações Técnicas	26
Laudos Papioscópicos	17
Representação Facial Humana (RFH)	5
Consultas SINIC	14.471
Inclusão de Boletim de Identificação Criminal - BIC	1.553
Emissão de Boletim de Distribuição Judicial- BDI	488
Emissão de Folha de Antecedentes Criminais - FAC	770
Emissão de Boletim de Decisão Judicial- BDJ	489
Memorandos (a partir de Abril/2012)	162
Ofícios (a partir de Abril /2012)	26
Cumprimento de Ordem de Missão (Outras Atividades)	2
Cumprimento de Ordem de Missão (Atividade Papioscopica)	2

Fonte: SisCrim em 31/12/2012 e GID/DREX/SR/DPF/MA.

Uma das representações faciais humanas realizada pelo Grupo de Identificação (GID), da SR/DPF/MA, foi essencial para a prisão do acusado de assassinar o jornalista e blogueiro Décio Sá, crime de grande repercussão regional e nacional.

O quadro a seguir mostra, comparativamente, a produtividade (apenas laudos) dos quatro anos anteriores, com as pendências ao final de cada ano.

Quadro 17 – Comparativo de Laudos Emitidos

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nº de solicitações de perícia	646	838	627	582	391	387
Nº de laudos emitidos	572	947	647	624	437	331
Nº de pendências ao final do ano	181	149	65	14	13	22
PRODUTIVIDADE NO ANO	88 %	113 %	103 %	107%	111 %	85,5%

Fonte: SisCrim

Na relação acima estão computadas as pericias executadas em apoio ao SETEC do Piauí, DPF/MOC/MG (Delegacia de Montes Claros/MG) e ao ICRIM/MA.

Com a publicação do Decreto nº 7.689, de 02/03/2012, da Presidência da República, referente à restrição orçamentária e financeira, que resultou na supressão do teto orçamentário das unidades gestoras da PF, a Superintendência realizou o contingenciamento de seus recursos para dar continuidade em seu planejamento operacional e administrativo. Com investigações em andamento no início do exercício, a unidade teve que se adequar às restrições orçamentárias impostas pelo citado decreto e pela Direção-Geral do DPF. Foram priorizadas as missões da Operação Caravelas e do Grupo de Saneamento de Inquéritos – GSI, uma vez que são os responsáveis pelo cumprimento de diligências de inquéritos mais antigos, no intuito de concluí-los. O número de operações de médio porte deflagradas diminuiu sensivelmente, também ocasionado pela maior greve de servidores já registrada no âmbito do Departamento de Polícia Federal, com duração de 70 dias, sendo as principais operações realizadas no exercício a SINISTRO, ALLIEN, SERTÃO, COPII e ACAUÃ, que foram detalhadas acima.

No que diz respeito às ações de administrativas previstas no Plano de Metas 2012 da Superintendência Regional de Polícia Federal no Maranhão, foram obtidos diversos resultados pela execução das ações planejadas que implicaram no fomento aos serviços de atividade-fim desta unidade e na melhoria do ambiente de trabalho, o que, também, redundou necessariamente no aperfeiçoamento da prestação de serviço ao público em geral:

Quadro 18 – Ações do Plano de Metas Administrativas e Resultados

	TIPO DE META	DESCRIÇÃO DA META	RESULTADO
VÁRIAS UNIDADES	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de fornecimento de energia elétrica para todas as unidades da Polícia Federal no Maranhão, essencial ao seu funcionamento.	Realizado
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de fornecimento de água encanada e coleta de esgoto da SR/DPF/MA, DRE e DPF/ITZ/MA, essencial ao funcionamento dessas unidades.	Realizado
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de telefonia fixa local para todas as unidades da Polícia Federal no Maranhão, essencial ao seu funcionamento.	Realizado
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de telefonia móvel e de acesso à internet utilizando tecnologia móvel para as unidades da Polícia Federal no Maranhão, em razão da necessidade de disponibilizar, às chefias da SR/DPF/MA, DPF/ITZ/MA e DPF/CXA/MA ou a servidores ou equipes designados em missão, aparelhos celulares e modems móveis para utilização no interesse do serviço.	Realizado

Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de gerenciamento de frota de veículos com abastecimento de combustível, visando controlar e racionalizar o uso das viaturas das unidades da Polícia Federal no Maranhão.	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de coleta, transporte e entrega de malotes e serviços postais, telemáticos e adicionais, no interesse de todas as unidades da Polícia Federal no Maranhão, visando permitir a comunicação oficial.	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Pagar o seguro obrigatório dos veículos (DPVAT) de todas as unidades da Polícia Federal no Maranhão, considerando que a imunidade tributária entre os entes federados refere-se somente a impostos.	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratação de serviço de fornecimento de água mineral potável para a SR/DPF/MA, DPF/ITZ/MA e DPF/CXA/MA, essencial ao funcionamento dessas unidades.	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratação de serviço de confecção de chaves e carimbos para a SR/DPF/MA, necessários ao desempenho das atribuições da Polícia Federal.	Não realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de publicação de atos administrativos <i>lato sensu</i> no Diário Oficial da União, cumprindo exigência legal que determina a publicação dos atos administrativos como condição de sua eficácia.	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de publicação de avisos de licitação em jornais de grande circulação, cumprindo exigência legal que determina a ampla divulgação de atos concorrenciais em tais veículos de mídia, além do Diário Oficial da União.	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Conceder diárias a servidores policiais de todas as unidades da Polícia Federal no Maranhão, nos termos da lei.	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Conceder diárias a servidores administrativos de todas as unidades da Polícia Federal no Maranhão, nos termos da lei.	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de marcação e fornecimento de passagens aéreas e terrestres para as unidades da Polícia Federal no Maranhão, visando atender a demanda de deslocamento de servidores em missão oficial.	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Adquirir material de expedientes para a consecução das atividades das unidades da Polícia Federal no Maranhão.	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Pagar indenização de transporte de mobiliário dos servidores removidos, nos termos da lei.	Realizado
Capacitar servidores da unidade	Realizar o aperfeiçoamento profissional de servidores policiais e administrativos da Polícia Federal no Maranhão, visando a melhor prestação de serviços à sociedade.	Realizado, com a participação de 270 servidores em 63 eventos de capacitação, além das licenças para capacitação individual, concedidas
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos	Conceder suprimentos de fundos do tipo administrativo, para atender a despesas de pequeno	Realizado

	Materiais/Racionalização da Gestão Logística	vulto decorrentes do exercício das atribuições da Polícia Federal, nos termos da lei.	
SR/DPF/MA	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Gestão de Obras e Infraestrutura	Construir a sede definitiva da Superintendência Regional da Polícia Federal no Maranhão, para eliminar despesas com aluguel de imóveis que giram em torno de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), por ano.	Não realizado, por insuficiência de recursos na previsão orçamentária
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Alugar imóvel para abrigar a SR/DPF/MA, em razão da falta de sede própria, em padrões condizentes com a natureza e o volume de atividades da Polícia Federal.	Realizado
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de segurança patrimonial para o imóvel que abriga a SR/DPF/MA, em razão da necessidade de manter a segurança dos bens e materiais custodiados na unidade.	Realizado
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Alugar imóvel para abrigar a DRE, em razão da falta de sede própria e de espaço na SR/DPF/MA para instalá-la, em padrões condizentes com a natureza e o volume de suas atividades.	Realizado
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de segurança patrimonial para o imóvel que abriga a DRE e o terreno de propriedade da União, no bairro Jaracati, destinado à construção da sede definitiva da SR/DPF/MA, em razão da necessidade de manter a segurança dos bens e materiais já ali custodiados.	Realizado
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de limpeza e conservação de instalações para manutenção dos imóveis que abrigam a SR/DPF/MA e a DRE, tendo em vista a necessidade de manter o ambiente de trabalho e acessível ao público em condições de uso.	Realizado
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Alugar imóvel para instalar o Anexo da SR/DPF/MA (imóvel contíguo ao prédio sede) destinado a abrigar a DRCOR, o Centro Regional de Interceptação de Sinais (CRIS) e delegacias especializadas, inclusive DRE e DELEPREV, que funcionam em imóveis apartados da SR, gerando outros custos para a UJ	Realizado, apenas em dezembro/2012.
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de limpeza e conservação de instalações para manutenção do imóvel que será alugado para instalar o Anexo da SR/DPF/MA, tendo em vista a necessidade de manter o ambiente de trabalho e acessível ao público em condições de uso.	Não realizado, em razão do aluguel do Anexo ter-se concluído apenas em dezembro/2012
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de mão de obra terceirizada para colaborar com a DELEMIG no atendimento ao público e na expedição de passaportes, em São Luís.	Realizado
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço para utilização de sala no Aeroporto de São Luís, a abrigar posto da Polícia Federal para atender aos procedimentos de polícia aeroportuária, de embarque armado de passageiros e à população em geral.	Realizado
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de manutenção para as viaturas vinculadas à SR/DPF/MA, com fornecimento de peças, visando garantir o bom estado dos veículos, a segurança dos servidores e a efetiva consecução das ações da Polícia Federal.	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de manutenção de aparelhos de ar-condicionado, com fornecimento de peças, instalados na SR/DPF/MA, imprescindíveis à manutenção adequada e saudável do ambiente de	Realizado	

		trabalho e acessível ao público, em razão do clima local.	
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Conceder estágio a estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino superior, o que atende, também, à finalidade social referida na Lei 11.788/2008.	Realizado
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar empresa especializada no serviço de <i>office boy</i> , em razão da necessidade de mão de obra específica para realizar o transporte de documentos e inquéritos da SR/DPF/MA.	Realizado
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática.	Não realizado, mas processo iniciado em 2012, concluído em 2013
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Gestão de Obras e Infraestrutura	Construir abrigo para efetiva instalação do sistema de comunicações TETRAPOL, cujos equipamentos devem ser montados em locais isolados, sendo necessário protegê-los das condições do tempo e da ação criminosa de vândalos.	Não realizado, por insuficiência de recursos na previsão orçamentária
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Adquirir equipamentos de segurança eletrônica (câmeras, software, cerca elétrica, etc.) para efetiva instalação do sistema de comunicações TETRAPOL, cujos equipamentos devem ser montados em locais isolados, sendo necessário protegê-los da ação criminosa de vândalos	Não realizado, por insuficiência de recursos na previsão orçamentária
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de vigilância eletrônica para efetiva instalação do sistema de comunicações TETRAPOL, cujos equipamentos devem ser montados em locais isolados, sendo necessário protegê-los da ação criminosa de vândalos.	Não realizado, por insuficiência de recursos na previsão orçamentária
DPF/ITZ/MA	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de limpeza e conservação de instalações para manutenção do imóvel que abriga a DPF/ITZ/MA, tendo em vista a necessidade de manter o ambiente de trabalho e acessível ao público em condições de uso.	Realizado
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de segurança patrimonial para o imóvel que abriga a DPF/ITZ/MA, em razão da necessidade de manter a segurança dos bens e materiais custodiados na unidade.	Realizado
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de manutenção para as viaturas vinculadas à DPF/ITZ/MA, com fornecimento de peças, visando garantir o bom estado dos veículos, a segurança dos servidores e a efetiva consecução das ações da Polícia Federal.	Realizado
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Gestão de Obras e Infraestrutura	Reformar o imóvel que abriga a DPF/ITZ/MA, que, desde sua inauguração, não passou por obras de engenharia preventivas ou corretivas, apresentando, atualmente, algumas partes deterioradas pela ação do tempo.	Não realizado, por insuficiência de recursos na previsão orçamentária
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Gestão de Obras e Infraestrutura	Reformar e adequar a instalação elétrica da DPF/ITZ/MA, para eliminar risco de incêndio e contribuir para a diminuição do consumo de energia elétrica naquela unidade	Não realizado, por insuficiência de recursos na previsão orçamentária
DPF/CXA/MA	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Alugar imóvel para abrigar a DPF/CXA/MA, em razão da falta de sede própria, em padrões condizentes com a natureza e o volume de atividades da Polícia Federal	Realizado
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da	Contratar serviço de limpeza e conservação de instalações para manutenção do imóvel que abriga a DPF/CXA/MA, tendo em vista a necessidade de	Realizado

	Gestão Logística	manter o ambiente de trabalho acessível ao público e em condições de uso.	
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de segurança patrimonial para o imóvel que abriga a DPF/CXA/MA, em razão da necessidade de manter a segurança dos bens e materiais custodiados na unidade.	Realizado
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de manutenção para as viaturas vinculadas à DPF/CXA/MA, com fornecimento de peças, visando garantir o bom estado dos veículos, a segurança dos servidores e a efetiva consecução das ações da Polícia Federal.	Realizado
	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar serviço de fornecimento de água encanada e coleta de esgoto da DPF/CXA/MA, essencial ao funcionamento dessas unidades.	Realizado

Fonte: unidades da SR/DPF/MA.

3.4 INDICADORES

O indicador de desempenho utilizado pela SR/DPF/MA refere-se à produção de polícia judiciária no exercício, com base na taxa obtida da relação entre inquéritos policiais instaurados e inquéritos policiais relatados (concluídos).

Todos os esforços são dirigidos para manter o índice relativo à taxa de conclusão de inquéritos policiais acima de 100%, para que se mantenha uma trajetória descendente no índice de inquéritos em andamento. Mesmo com o movimento grevista ocorrido nos meses de agosto, setembro e início outubro, por parte dos Agentes, Escrivães e Papiloscopistas, o índice foi atingido, ficando **a Polícia Federal no Maranhão em 3º lugar geral entre todos os demais Estados do país (todas as unidades do Estado consideradas), com um índice de 108% (cento e oito por cento) de produtividade, bem como em 1ª lugar no índice nacional de produtividade das Superintendências Regionais (consideradas apenas as unidades do nível SR), com o índice de 117% (cento e dezessete por cento).**

Em complemento às informações relativas aos indicadores institucionais do DPF, previstos no item 2.4 da parte A do Anexo II à Decisão Normativa – TCU 119/2012, esta Unidade Jurisdicionada esclarece que a despeito dos dois índices apresentados (taxa de conclusão de inquéritos policiais no DPF), estão em processo de construção no DPF outros indicadores, de caráter institucional, que pretendem melhor retratar a gestão do órgão, apontando o acompanhamento; o alcance das metas previstas; os avanços; as melhorias na qualidade dos serviços prestados, bem como a necessidade de correções e mudanças de rumos nas ações, com o fim de orientar o Órgão na busca da excelência dos serviços prestados.

Para isso, o Diretor-Geral do Departamento, por meio do Despacho nº 7274/2012, de 28/11/2012, aprovou o Termo de Abertura do Projeto CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA FEDERAL (2010/2022). Esse documento foi a diretriz utilizada pela Direção para a elaboração da proposta do Plano de Gerenciamento do Projeto, que apresenta o planejamento das ações previstas como necessárias para se alcançar os objetivos do projeto. Ele define também como os trabalhos pertinentes serão executados, monitorados, controlados e encerrados.

Ato contínuo, foi realizada reunião, em 11 de dezembro de 2012, entre servidores do DPF e da Secretaria de Planejamento de Gestão do Tribunal de Contas da União com o fim de buscar entendimento sobre o tema e, ainda, de formar uma agenda positiva para a realização dos trabalhos correlatos, com a orientação técnica daquele Tribunal. Essa reunião foi oficializada por meio do Ofício 861/2012-GAB/DG/DPF, de 14 de dezembro de 2012, do Diretor-Geral do DPF ao Exmo. Ministro Augusto Nardes, Presidente do TCU.

Atualmente, a Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF - CIGE trabalha na formação dos novos indicadores institucionais de gestão, com o fim de possibilitar a mensuração dos trabalhos desenvolvidos em áreas não contempladas pelos índices atualmente existentes no Departamento. Buscar-se-á também agregar melhoria a esses últimos, de modo a atender o disposto nas Decisões Normativas e Portarias do TCU que tratam do tema.

Dessa forma, o DPF espera criar, no exercício de 2013, indicadores de desempenho da gestão que se preste a medir a efetividade dos principais processos das diversas Unidades Jurisdicionadas que compõe o órgão, tornando mais transparente os resultados alcançados pela gestão.

4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

4.1 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro 19 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

Elemento do Sistema de Controles Internos a Serem Avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de					X

Elemento do Sistema de Controles Internos a Serem Avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
benefícios que possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: <i>Todas as segundas-feiras o Conselho Regional de Polícia – CRP se reúne para que cada membro exponha o que houver de relevante em sua área específica. Desta forma, todos os problemas e situações da SR/DPF/MA são debatidos pelos principais chefes, viabilizando-se a administração compartilhada e a ciência por parte de todos que compõem a estrutura do órgão. O presente documento foi elaborado, em conjunto, pelo CRP.</i>					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: Conselho Regional de Polícia – CRP/SR/DPF/MA

4.2 SISTEMA DE CORREIÇÃO

O sistema de correição da Superintendência Regional de Polícia Federal no Maranhão, por força do Regimento Interno, aprovado por meio da Portaria n.º 2.877/MJ, de 30 de dezembro de 2012, publicada no DOU 1, Seção 1, Número 1, de 02/01/2012, páginas 36/44, compõe-se de Núcleo de Disciplina e Núcleo de Correições, ambos dentro da estrutura da Corregedoria Regional de Polícia Federal. No DPF, as atividades de correição e disciplina são norteadas por leis e demais normas regulamentares, sendo que a atividade correcional propriamente dita funda-se no Decreto-Lei 3.689/41 (Código de Processo Penal), cujo regulamento interno está apoiado na Instrução Normativa n.º 011/2001-DG/DPF, que define e consolida as normas operacionais para execução da atividade de polícia judiciária no âmbito da Polícia Federal e dá outras providências.

Já a atividade disciplinar tem como fundamento legal a Lei 4.878/65, cujo regulamento interno, dentre outros normativos, sustenta-se na Instrução Normativa n.º 04/1991-DG/DPF, que atualiza as normas internas sobre a feitura de processo administrativo disciplinar e sindicância e dá outras providências.

Na estrutura do sistema correcional, em cada uma de suas áreas, são utilizados sistemas próprios. Na área correcional propriamente dita, são utilizados o Sistema Cartorário (SISCART) e o

Sistema Nacional de Procedimentos (SINPRO), para a edição e controle estatístico da atividade policial procedimental. Quanto à área disciplinar, são disponibilizados o Sistema de Acompanhamento Disciplinar (SAD) e o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), os quais são alimentados concomitantemente com as informações relativas aos procedimentos disciplinares no âmbito da Superintendência Regional no Maranhão.

Com relação às atividades de correições, a SR/DPF/MA vem intensificando a realização de correições nos procedimentos policiais, visando à correção de eventuais impropriedades formais, contando para tal atividade, com uma equipe de um delegado e um escrivão. No ano de 2012, houve um aumento na amostragem de procedimentos correicionados, alcançando-se o percentual de 12,5%, sendo relevante, também, a utilização do SISCART em tal atividade. Destacou-se que, do total dos inquéritos correicionados, cerca de 21% resultaram relatados e concluídos imediatamente após as correições, demonstrando-se que o sistema de correição, apesar de tratar-se de atividade meio, contribui para o aumento da produtividade da atividade policial.

4.3 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

A SR/DPF/MA encontra-se em consonância com a Portaria nº 1.043/2007, da Controladoria Geral da União (CGU), conforme já disposto no item 3.2 acima. No que toca à atividade disciplinar, foram instaurados 08 (oito) sindicâncias investigativas, 05 (cinco) processos administrativos disciplinares e 05 (cinco) investigações prévias, demonstrando um sensível aumento no quantitativo de procedimentos instaurados no ano de 2012.

5 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Com o Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012, que estabeleceu limites e governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens, a UJ teve que adequar suas despesas à cota orçamentária estabelecida pelo órgão central.

5.1 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

Quadro 20 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	200388	2000	-	-	4.926.914,71
			2004	-	-	4.142,00
			20TP	985,54	-	-
			14L1	-	-	12.000,00
		200389	14M4	-	-	291.357,47
			2679	-	-	132.306,56
			2720	-	-	187.544,84
			2726	-	-	1.980.384,64
		2000	-	-	11.757,49	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Recebidos	200388	2000	83.929,00	-	-
		200389	2720	715,00	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Analisando o quadro acima, constata-se que o maior gasto da UJ aconteceu nas ações 2000 e 2726, que se referem, respectivamente, à *Administração da Unidade*, que engloba todas as despesas de custeio, e *Prevenção e Repressão a Crimes de Competência do DPF*, por meio de despesas com diárias e suprimento de fundos.

Destaca-se, também, a Ação 14M4 (*Segurança Pública na Conferência da RIO+20*), que custeou diárias e passagens de servidores da SR/DPF/MA indicados a participarem da segurança do referido evento, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Na Ação 2679, referente ao *Combate ao Tráfico Ilícito de Droga*, a unidade realizou operações de combate a entorpecentes e tinha planejado uma operação de médio porte para erradicação do plantio da maconha em vários municípios do interior do estado do Maranhão, que, todavia, foi cancelada devido à greve dos Agentes, Escrivães e Papiloscopista. Vale ressaltar que do montante aplicado nesta ação, cerca de 72,5%, foi utilizado para pagamento do imóvel em que estava instalado a Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE/DRCOR/SR/DPF/MA).

A Ação 2720 refere-se a *Ações de Caráter Sigiloso*, com gastos através de suprimento de fundos.

As demais ações foram utilizadas para pagamento de pequenas despesas, tais como auxílio-natalidade (20TP), saúde complementar (2004), capacitação de servidor em curso específico (14LI).

5.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

5.2.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

5.2.1.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Quadro 21 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
Modalidade de Licitação	3.089.890,97	2.441.620,77	2.625.943,17	2.427.868,20
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	5.893,32	0,00	5.893,32
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	3.089.890,97	2.435.727,45	2.625.943,17	2.421.974,88
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	1.691.833,80	1.449.966,98	1.619.924,95	1.449.966,98
Dispensa	1.583.025,79	1.375.520,35	1.526.953,64	1.375.520,35
Inexigibilidade	108.808,01	74.446,63	92.971,31	74.446,63
Regime de Execução Especial	231.460,13	446.380,94	231.460,13	446.380,94
Suprimento de Fundos	231.460,13	446.380,94	231.460,13	446.380,94
Pagamento de Pessoal	2.391.394,23	1.616.818,67	2.391.394,23	1.616.818,67
Pagamento em Folha ¹	-	-	-	-
Diárias	2.391.394,23	1.616.818,67	2.391.394,23	1.616.818,67
Outros	130.814,12	305.967,21	130.814,12	303.699,37
Totais	7.535.393,25	6.260.754,57	6.999.536,60	6.244.734,16

Fonte: SIAFI GERENCIAL

¹ - O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

No quadro 21 observa-se que a maior parte das contratações são registradas na forma de pregão eletrônico, tendo em vista que as modalidades de contratação convite e tomada de preços não são mais utilizadas. Outro valor expressivo diz respeito a pagamento de pessoal, que no nosso caso corresponde às diárias dos servidores administrativos e policiais. Houve um aumento em relação a 2011, devido ao crescimento das operações permanentes, como a Operação Sentinela, que visa coibir ilícitos transnacionais de competência da polícia federal em áreas específicas do Brasil, participando policiais de várias superintendências regionais, inclusive esta Unidade. A modalidade de contratação direta na forma de dispensa de licitação, envolve despesas específicas estabelecida na Lei 8.666/93, destacando-se energia elétrica e aluguéis .

5.2.1.2 DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Quadro 22 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
Valores em R\$

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	985,54	10.436,68	985,54	10.436,68	0,00	0,00	985,54	10.436,68
08 – OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	9.468,92	0,00	9.468,92	0,00	0,00	0,00	9.468,92
91 – SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	985,54	967,76	985,54	967,76	0,00	0,00	985,54	967,76
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	7.449.763,71	6.770.466,66	6.997.838,06	6.283.416,84	451.927,65	486.060,82	6.997.838,06	5.189.503,40
14 – DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	2.391.394,23	1.616.818,67	2.391.394,23	1.616.818,67	0,00	0,00	2.391.394,23	1.616.818,67
30 – MATERIAL DE CONSUMO	684.578,20	1.052.140,95	638.828,59	749.938,20	45.749,61	302.202,75	638.828,59	749.938,20
33 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	450.000,00	273.556,75	448.238,63	267.931,94	1.761,37	5.624,81	448.238,63	266.879,08
36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	1.151.840,59	1.083.731,74	1.151.842,59	1.078.893,03	0,00	4.838,71	1.151.840,59	1.078.893,03
37 – LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	1.665.079,93	1.291.893,67	1.401.820,21	1.241.257,96	263.259,72	49.635,71	1.401.820,21	1.229.558,25
39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	941.559,34	1.031.209,02	806.815,35	913.401,19	134.743,99	117.818,83	806.815,35	913.401,19
47 – OBRIG. TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	60.618,45	53.820,83	56.919,47	53.522,90	3.698,98	297,93	56.919,47	53.490,50
92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17.795,15	149.157,23	17.795,15	146.276,51	0,00	2.880,72	17.795,15	144.041,07

93 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	86.897,82	218.137,80	84.183,84	215.376,44	2.713,98	2.761,36	84.183,84	215.376,44
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	84.644,00	393.707,57	715,00	197.075,95	83.929,00	45.886,00	84.644,00	197.075,95
51 – OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52 – EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE – OP. INTRA-ORC	84.644,00	393.707,57	715,00	25.372,08	83.929,00	368.335,49	84.644,00	25.372,08

Fonte: SIAFI GERENCIAL

No quadro 22 constata-se que o maior gasto ocorreu nas despesas com diárias, em virtude da segurança realizada por policiais federais na Conferência Rio + 20, no mês de junho de 2012 no Rio de Janeiro-RJ, recrutamento de servidores lotados na UJ para atuarem em outras localidades, principalmente nas fronteiras e recrutamento de servidores lotados em outras unidades, na maioria dos casos delegados, para darem andamento aos IPL's da SR/DPF/MA. Outro gasto que demandou bastante recurso no exercício de 2012 foi a locação de mão-de-obra para contratação de serviços de limpeza, conservação e vigilância armada, tanto na Sede da SR/DPF/MA como nas Delegacias de Caxias e Imperatriz, além das despesas com alugueis, considerando que a UJ não tem prédio próprio para Superintendência Regional nem para a DPF/CXA/MA.

Durante 2012 a SR/DPF/MA recebeu pouco mais de 21% (vinte e um por cento) do valor recebido em 2011 para custear despesas com aquisição de materiais permanentes, entretanto para aquisição de materiais de consumo não foram disponibilizados créditos orçamentários.

6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

6.1.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro 23 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (Valores em R\$)

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	36.445,41	525,00	29.620,41	6.300,00
2010	5.174,08	0,00	610,28	4.563,80
2009	525,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	891.768,92	158.856,32	732.912,60	0,00
2010	493.700,67	37.614,00	141.871,87	314.214,80
2009	2.381.829,15	201.109,40	2.137.040,63	244.788,52

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Mediante um maior controle tanto do Tesouro Nacional quanto da Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, a execução de restos a pagar de exercícios anteriores não apresentou problema, conforme demonstrado no quadro 23. Do montante inscrito em *restos a pagar processados* restou apenas R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais), que corresponde a um curso de Pós-Graduação

realizado por uma servidora desta unidade no CEUMA – Centro Universitário do Maranhão. Tal pagamento não foi efetuado em função da Universidade não encaminhar a nota fiscal correspondente a despesas e esse fato impede a UJ de efetuar o pagamento. Com relação a *restos a pagar não processados em 2011*, destaca-se que a execução foi superior a 82% (oitenta e dois por cento), despesas efetivamente comprovadas. O restante das despesas não comprovadas foram canceladas, obtendo-se em 31 de dezembro de 2012 um saldo zerado.

6.2 INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO “B” E CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.

6.2.1 DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

6.2.1.1 SUPRIMENTO DE FUNDOS – VISÃO GERAL

Quadro 24 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos (SF) (Valores em R\$)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo “B”	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
200389	Superintendência Regional do DPF no Maranhão	-	117.560,00	140.662,02	258.222,02
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	-	117.560,00	140.662,02	258.222,02

Fonte: NEOF/SR/DPF/MA

6.2.1.2 SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF)

Quadro 25 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (Valores em R\$)

Código da UG	200389	Limite de Utilização da UG			1.000.000,00
Portador*	CPF*	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Joana Darc Lobato	197.144.323-91	7.880,00	1.325,00	3.988,08	5.313,08
José Augusto da Silva Bezerra	128.197.353-04	8.000,00	1.860,00	2.485,80	4.345,80
Elson Henrique de Holanda Júnior	497.235.703-78	6.000,00	1505,00	1.112,86	2.617,86
Raimundo Benício Sousa Júnior	807.225.473-15	0,00	0,00	2.949,82	2.949,82
Regime Esp. Exec. Não Sigiloso	*	179.110,00	34.005,00	130.125,46	130.125,46
Regime Esp. Exec. Sigiloso	*	175.550,00	78.865,00	0,00	112.870,00
Total utilizado pela UG			117.560,00	140.662,00	258.222,02
Total utilizado pela UJ			117.560,00	140.662,00	258.222,02

Fonte: NEOF/SR/MA

*Obs.: Os supridos que executaram despesas sob o regime especial de execução tiveram seus nomes e CPFs omitidos, em observância ao §1º do art. 4º da Decisão Normativa TCU Nº 108/2010. Portanto na tabela supra, constam apenas os somatórios dos valores gastos sob o regime especial de execução.

6.2.1.3 UTILIZAÇÃO DA CONTA TIPO “B” E DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO PELA UJ

Quadro 26 – Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) Valores em R\$

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	157	117.560,00	43	140.662,02	258.222,02
2011	-	-	326	253.084,44	40	203.648,72	456.733,16
2010	-	-	753	525.351,00	42	121.577,11	646.928,11

Fonte: NEOF/SR/MA e SIAFI

6.2.1.4 PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Quadro 27 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não apresentadas	-	-	-	-	-	-	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	25	378.460,00	31	561.897,10	34	749.500,00

Fonte: NEOF/SR/MA e SIAFI

Obs: A conta tipo B não é utilizada por esta UG.

A Instrução Normativa nº 49/2011-DG/DPF, de 21 de dezembro de 2011, estabelece procedimentos a serem observados na concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos destinado ao atendimento das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal, bem com para atender despesas de pequeno vulto e pronto pagamento. As despesas de suprimento de fundos são efetuadas por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), através de 03 (três) centros de custos: pequeno vulto, regime especial de execução sigiloso e regime especial de execução não sigiloso, destacando-se que os regimes especiais de execução são considerados sigilosos.

No tocante ao controle dos suprimentos de fundos concedidos, os supridos fornecem uma declaração de que conhecem a legislação pertinente, recebem orientações para aplicarem os recursos e são informados dos prazos de aplicação e comprovação. Caso necessário, são também acompanhados por servidores lotados no NEOF/SR/DPF/MA, pela Setorial de Contabilidade em Brasília/DF.

Observando-se os quadros das despesas realizadas por meio de suprimento de fundos na modalidade CPGF, o quadro 24 demonstra o montante que a Unidade Gestora realizou através de saques e faturas. O quadro 25 detalha de forma individualizada quanto cada suprido recebeu para aplicação, quanto gastou por meio de saque ou fatura, quanto o centro de custos de pequeno vulto.

Quanto aos centros de custos regime especial de execução sigiloso e não sigiloso, foi informado qual o limite concedido para os centros de custos, os valores sacados e os pagamentos efetuados por faturas, lembrando que não foram relacionados os supridos do regime especial de execução em função da informação ser sigilosa.

Outro fato a ser esclarecido referente ao quadro 25 diz respeito ao suprido Raimundo Benício de Sousa Junior, no qual se registra apenas fatura, e não saque, mas isso em razão do suprimento ter sido concedido em dezembro de 2011 e a fatura paga em janeiro de 2012.

O quadro 26 registra a quantidade de operações de saque e seus respectivos valores, bem como a quantidade de faturas emitidas, com valores.

O quadro 27 demonstra uma sequência histórica dos quantitativos de suprimentos concedidos e seus respectivos valores. Analisando o quadro, nota-se que, de 2010 para 2012, vem diminuindo tanto a quantidade quanto os valores dos suprimentos concedidos. Isso devido a que, em 2010, foram realizadas mais operações policiais de grande porte, a demandar o recrutamento, em cada uma delas, de dezenas de servidores de outros Estados. Todavia, a partir de 2011, inclusive em razão do recrudescimento do Poder Judiciário quanto à concessão de medidas cautelares como mandados de prisão preventiva, temporária e de busca e apreensão, o tamanho das operações policiais especiais foi reduzido, demandando, para seu desencadeamento, menos servidores. Também colaborou para a diminuição dos gastos com suprimentos de fundos a greve de Agentes, Escrivães e Papiloscopistas, com duração de 70 dias no segundo semestre de 2012. Saliente-se, contudo, que, mesmo diante de tais eventos (redução do tamanho das operações e greve de policiais), não houve prejuízo ao serviço operacional da unidade que, inclusive, chegou a desencadear a Operação Allien, em setembro/2012, recrutando apenas policiais dos cargos de delegado e perito.

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

7.1.1 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro 28 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos		Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1.	Cedidos (1.1+1.2+1.3)	01
1.1.	Exercício de Cargo em Comissão	01
1.2.	Exercício de Função de Confiança	00
1.3.	Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	00
2.	Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	01
2.1.	Para Exercício de Mandato Eletivo	01
2.2.	Para Estudo ou Missão no Exterior	00
2.3.	Para Serviço em Organismo Internacional	00
2.4.	Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	00
3.	Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	14
3.1.	De ofício, no interesse da Administração	03
3.2.	A pedido, a critério da Administração	02
3.3.	A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	03
3.4.	A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	05
3.5.	A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	00
3.6.	Por decisão judicial	01
4.	Licença remunerada (4.1+4.2)	05
4.1.	Doença em pessoa da família	00
4.2.	Capacitação	05

5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	01
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	00
5.2. Serviço military	00
5.3. Atividade política	00
5.4. Interesses particulares	01
5.5. Mandato classista	00
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	00
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	22

Fonte: SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

7.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Quadro 29 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	04	04	00	00
1.1. Cargos Natureza Especial	00	00	00	00
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	04	04	00	00
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	04	04	00	00
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	00	00	00
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	00	00	00	00
1.2.4. Sem vínculo	00	00	00	00
1.2.5. Aposentados	00	00	00	00
2. Funções gratificadas	24	21	07	07
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	24	21	07	07
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	00	00	00
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	00	00	00	00
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	28	25	07	07

Fonte: SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

7.1.2.1 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE

Quadro 30 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade (em %)								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0,00	0,00	0,00	0,35	18,80	77,66	1,77	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0,00	0,00	0,00	0,35	18,80	77,66	1,77	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,42	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	1,42	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	0,00	0,00	0,00	0,35	18,80	77,66	3,19	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS e SIGEPOL. As informações estão dispostas no quadro em forma de percentual para resguardar o sigilo, conforme IN 69/12-DG/DPF, de 14/12/12.

7.1.3 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro 31 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (Valores em R\$)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribui- ões	Gratifica- ões	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciá- rios	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2012	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2011	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2010	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2012	30.131.492,78	00	2.567.046,36	980.944,17	3.336.202,29	1.590.301,29	160.947,24	2.019,62	414.801,87	39.183.755,62
	2011	30.018.490,33	00	3.323.569,27	1.164.240,06	2.630.851,02	1.607.335,64	14.065,18	00	348.040,87	39.106.592,37
	2010	30.311.763,33	00	3.343.597,61	1.184.694,63	2.887.843,34	1.108.458,70	4.969,04	22.090,26	298.002,06	39.161.418,97
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2011	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2010	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	201.944,36	00	11.879,08	3.959,69	5168,00	00	00	0,00	899,14	223.850,27
	2011	237.581,60	00	23.758,16	11.879,07	6.080,08	00	25,76	00	00	279.324,67
	2010	142.548,96	00	11.879,08	3.959,69	3.648,00	00	00	00	00	162.035,73
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2011	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2010	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	866.340,24	74.802,24	78.428,54	26.142,84	28.870,76	9.268,00	5.254,63	1.181,83	665,09	1.090.954,17
	2011	737.490,32	61.311,39	78.428,54	31.556,18	126.034,47	3.395,00	12.390,00	00	2579,70	1.053.185,60
	2010	862.423,68	76.035,10	78.102,16	18.659,03	14.658,00	1.251,00	3.680,83	00	2635,00	1.057.444,80
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2012	3.340.135,61	68.799,94	295.805,37	100.297,08	255.365,36	42.781,82	2.338,44	3.145,51	6.459,98	4.115.129,11
	2011	3.431.159,08	67.791,87	335.813,07	129.437,08	228.644,45	56.654,05	9379,35	00	17.308,73	4.276.187,68
	2010	3.554.040,63	69.688,97	335.454,36	155.496,99	83.564,16	52.821,91	5.080,52	4.000,00	22.938,31	4.283.085,85

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos.

7.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

7.2.1 CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA

Quadro 32 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	84	01
1.1 Voluntária	77	01
1.2 Compulsória	00	-
1.3 Invalidez Permanente	07	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	10	00
2.1 Voluntária	08	-
2.2 Compulsória	01	-
2.3 Invalidez Permanente	01	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	94	01

Fonte: SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

OBS1: Dois servidores foram aposentados no exercício em questão, porém, um deles solicitou a transferência de UPAG. Em 31.12.2012: 94 servidores aposentados.

7.3 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

- Absenteísmo

Dentre as principais variáveis que compõem o índice de Absenteísmo desta Unidade, a que mais merece destaque em 2012, com certeza, é a Licença para Tratamento de Saúde, como podemos observar analisando os seguintes números: em relação aos servidores lotados nesta Unidade (282 servidores em 31.12.2012), observou-se que durante exercício em tela, 96 servidores solicitaram Licença para Tratamento de Saúde (70 na SR/DPF/MA, 16 na DPF/ITZ/MA e 10 na DPF/CXA/MA), chegando-se a um percentual de 34,04% do total de servidores. Em relação à quantidade de dias de afastamento, é possível afirmar que, do total de 96 servidores que pediram licença para tratamento de saúde, 64 tiveram licença de até 15 dias, 12 se afastaram das suas atividades de 16 a 30 dias, 08 de 31 a 60 dias, 02 de 61 a 90 dias, 05 de 91 a 120 dias e outros 05 servidores ficaram afastados do serviço por tempo superior a 120 dias. O percentual de 66,66%, representado pela Licença para Tratamento de Saúde de até 15 dias e o percentual de 5,20%, que representa a referida licença por tempo superior a 120 dias, reflete a preocupação do Serviço Médico da Unidade com a saúde do servidor, buscando a prevenção de doenças e um bom acompanhamento do estado clínico do servidor quando necessário.

A SR/DPF/MA, através do seu Serviço Médico, mantém o programa de atenção à saúde do servidor com acompanhamento de dosagem de glicose, aferição constante de pressão arterial, campanhas de vacinação, assistência social e acompanhamento médico através de consultas que levam a produção de receitas, cujo resultado é o atendimento imediato ao servidor, evitando assim a prorrogação de alguma deficiência na saúde que o leve a ausentar-se do serviço por mais tempo que o necessário. Esta contínua atuação do Serviço Médico, onde estão lotados uma médica, um auxiliar de enfermagem e uma assistente social, no acompanhamento físico e psíquico das pessoas, resulta para o servidor a sensação de estar sendo cuidado e que quando necessário tem o serviço à sua disposição para atendê-lo da melhor forma possível.

A greve realizada pela categoria no exercício 2012 também elevou o índice de absenteísmo, porém, foi elaborado um plano para reposição das horas não trabalhadas que está sendo implementado com a fiscalização direta da chefia imediata de cada servidor e, no máximo, até setembro de 2013, todos os servidores terão que repor as horas não trabalhadas.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

É uma preocupação da SR/DPF/MA que seus servidores estejam tranquilos e saudáveis para que desenvolvam suas atividades de forma a não sobrecarregar seu físico e mente. Esta Superintendência zela pela segurança dos seus servidores e, por isso, não foram verificados em 2012 acidentes ou doenças causadas em serviço ou em razão dele.

- Rotatividade (turnover)

A rotatividade existente nesta Superintendência, basicamente, nos últimos anos, tem decorrido das remoções, aposentadorias e vacâncias. Porém, o que mais eleva ao *turnover* nesta unidade são as várias modalidades de remoção. Em 2012, 14 servidores foram removidos para outras unidades do Departamento de Polícia Federal, 02 servidores pediram aposentadoria e 01 solicitou vacância por posse em outro cargo inacumulável. Em contrapartida, somente 03 servidores foram removidos para esta unidade e 01 admitido em 2012. Um dado preocupante é que 72 servidores lotados nesta unidade já possuem os requisitos para aposentadoria, mas optaram por permanecer na atividade, tendo em vista a percepção do Abono de Permanência. Dentro dos setores existentes nesta Regional, o *turnover* é pequeno e é realizado basicamente no interesse da Administração, buscando sempre lotar o servidor de acordo com a sua habilidade e competência.

- Educação Continuada

A Equipe de T&D tem a preocupação de manter os servidores atualizados quanto aos cursos oferecidos tanto pela ANP quanto pela SENASP, além do que existe a possibilidade de solicitação de cursos exclusivos para algumas áreas que, interessando aos servidores, serão objeto de processo pela Equipe de T&D e remetidos para o órgão central, em Brasília/DF, com pedido de deferimento e liberação dos recursos para custeio da capacitação, sendo importante frisar que todo servidor capacitado tem a obrigação de ser multiplicador. Cursos, treinamento, encontros e palestras foram realizados tanto na área policial como administrativa no exercício 2012. Cerca de 270 servidores participaram de 63 eventos de capacitação nas variadas áreas de atuação da polícia federal, sendo 85% policiais e 15% de administrativos. Outra forma existente de capacitação são cursos individuais arcados pelo próprio servidor (Licença Capacitação).

Pelo exposto, infere-se que a capacitação dos servidores está sendo tratada de forma prioritária para que o padrão de conhecimento seja mantido e a atualização profissional seja realizada de forma eficiente.

- Satisfação e Motivação

A motivação é intrínseca ao ser humano e que o papel da Administração é levar ao servidor o que existe de interessante e incentivá-lo a ter motivos para a ação. Dentro dessa ótica, há espaço para que os servidores falem de seus anseios, como estão desenvolvendo suas atividades e se estão satisfeitos com os trabalhos que desenvolvem junto à assistente social que, então, dá o suporte para que exista harmonia em sua vida pessoal e se mantenha o equilíbrio familiar.

Na Superintendência, o ambiente é harmônico, haja vista a limpeza, clareza, localização, amplitude dos ambientes que gera um bem-estar geral fazendo com que as pessoas se sintam mais valorizadas.

Algumas variantes destoam de toda essa condição satisfatória que são a carência de servidores, a discrepância salarial entre os cargos e a falta de uma avaliação mais moderna condizente com o sistema de meritocracia, como também a questão da gestão por competência que leve ao servidor, qualquer que seja o cargo, condições para que tenha capacidade de exercer suas atividades com eficiência e, inclusive, papel de liderança dentro da sua área de atuação.

- Disciplina

Na área de disciplina durante o exercício de 2012 foram formulados cinco procedimentos administrativos disciplinares, oito sindicâncias investigativas, cinco investigações prévias e nenhuma sindicância punitiva. Números que demonstram, no universo de recursos humanos existente, um baixo índice de indisciplina.

- Desempenho funcional

A Administração tem procurado manter os servidores dentro das áreas que mais se identificam, estando sempre preocupada em buscar a eficiência e eficácia das ações, mantendo o servidor satisfeito com o que produz e onde se sente mais produtivo. A visão dos gestores desta unidade se coaduna com a moderna administração, reconhecendo que as pessoas são o maior patrimônio de toda e qualquer entidade, seja ela pública ou privada. Apesar da carência de servidores nos nossos quadros, esta unidade vem se destacando entre as várias Superintendências do Brasil, o que se verifica pelos índices de produtividade já comentados.

- Aposentadoria versus reposição do quadro

Uma das formas de acontecer essa reposição é mediante a realização de concurso público. 01 APF e 01 EPF pediram aposentadoria em 2012, porém, não houve reposição da vaga do APF até 31.12.2012, pois não foi nomeado nenhum APF do concurso de 2012 com lotação na SR/DPF/MA. Em relação à vaga da EPF, esta unidade espera a conclusão do concurso aberto em 2012 e suspenso por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal, que determinou a reserva de vagas, no certame, para pessoas com deficiência.

Outra forma de repor o quadro de servidores das unidades do DPF espalhadas pelo Brasil é através de realização de concursos de remoção, no qual, geralmente uma vez por ano, a Polícia Federal abre as inscrições para aqueles servidores que desejam mudar de lotação. No concurso de remoção são oferecidas vagas para as unidades com claro de lotação.

7.4 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

7.4.1 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro 33 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do DPF no Maranhão													
UG/Gestão: 200388/0001						CNPJ: 00.394.494/0027-75							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	07/2010	11.873.594/0001-61	30/09/2010	31/12/2012	2	2					E
2009	L	O	28/2009	09.259.198/0001-05	04/08/2009	31/12/2012	5	5					E
2009	L	O	14/2009	01.518.478/0001-70	24/04/2009	31/12/2013	10	9					P
2009	V	O	13/2009	08.888.686/0001-00	13/04/2009	31/12/2012			8	8			E
2008	V	O	02/2008	08.692.482/0001-08	02/01/2008	31/12/2012			12	12			E
2011	V	O	15/2011	10.809.411/0001-86	01/11/2011	31/10/2013			8	8			P
2011	V	O	16/2011	10.809.411/0001-86	07/11/2011	06/11/2013			8	8			P
Observações: Os contratos cuja situação está como Encerrado foram substituídos em 2013 por novos contratos.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Gestão de Contratos/SR/DPF/MA

7.4.2 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Quadro 34 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do DPF no Maranhão													
UG/Gestão: 200388/0001						CNPJ: 00.394.494/0027-75							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	7	O	19/2009	07.990.439/0001-58	24/08/2009	31/12/2012			5	5			E
2010	1	O	07/2010	11.873.594/0001-61	30/09/2010	31/12/2012	2	2					E
2009	1	O	28/2009	09.259.198/0001-05	04/08/2009	31/12/2012	5	5					E
2009	1	O	14/2009	01.518.478/0001-70	24/04/2009	31/12/2013	10	9					P
2009	3	O	13/2009	08.888.686/0001-00	13/04/2009	31/12/2012			8	8			E
2008	3	O	02/2008	08.692.482/0001-08	02/01/2008	31/12/2012			12	12			E
2011	3	O	15/2011	10.809.411/0001-86	01/11/2011	31/10/2013			8	8			P
2011	3	O	16/2011	10.809.411/0001-86	07/11/2011	06/11/2013			8	8			P
2012	14	O	07/2012	09.529.151/0001-06	20/09/2012	19/09/2013			2	2			A

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

7.4.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Quadro 35 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	0	0	0	10	8.296,77
1.1 Área Fim	0	0	0	00	0
1.2 Área Meio	0	0	0	10	8.296,77
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	0	0	0	10	8.296,77

Fonte: Gestão de Contratos/SELOG/SR/DPF/MA.

OBS: Os estagiários começaram a desenvolver suas atividades a partir do último bimestre do exercício 2012.

8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

As normas que regulam a constituição e a forma de utilização da frota de veículos são: o Decreto nº 6.403 de 17 de março de 2008; Instrução Normativa nº 03/2009-DG/DPF, de março de 2009 e a Instrução Normativa Nº 34/2010-DG/DPF. São utilizadas viaturas veladas (não ostensivas) em investigações e as ostensivas utilizadas na condução de presos e trabalhos preventivos.

As atividades de fiscalização relativas à polícia preventiva também ocorrem em todo o Estado, sendo que os deslocamentos para tanto ocorrem através de viaturas da SR/DPF/MA, Delegacias de Caxias e Imperatriz/MA. A atividade-meio também utiliza viaturas para a realização de diversos serviços essenciais para a rotina administrativa.

No ano de 2012, foram gastos, com combustível, R\$ 326.787,92 (trezentos e vinte e seis mil, setecentos e oitenta e sete reais e noventa e dois centavos), nas viaturas da Unidade, incluídas as delegacias de Caxias/MA e Imperatriz/MA.

O custo de manutenção das viaturas em oficina credenciada foi de R\$ 186.575,57 (cento e oitenta e seis mil, quinhentos e setenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos). Gastos com o pagamento de seguro obrigatório, para licenciamento das viaturas foram de R\$ 10.413,96 (dez mil quatrocentos e treze reais e noventa e seis centavos).

A substituição dos veículos da frota ocorre através de ato da Diretoria de Administração e Logística Policial (DLOG/DPF). Portanto, o plano de substituição fica a cargo do órgão central da Polícia Federal.

A Unidade de Transporte (UTRAN/NAD/SELOG/SR/DPF/MA) faz, na SR/DPF/MA, o controle de entrada e saída de viaturas, além de ser responsável pela fiscalização e gerência do estado de conservação dos veículos. Para isso, o setor utiliza o Sistema Eletrônico de Gerenciamento Policial (SIGEPOL), peça fundamental no controle da frota.

8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

8.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Quadro 36 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	MARANHÃO	2	2
	São Luis	1	1
	Imperatriz	1	1
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR		0	0
		0	0
		0	0
		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: SPIUNET

8.2.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

Quadro 37 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	MARANHÃO	3	3
	São Luis	2	2
	Caxias	1	1
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR		0	0
		0	0
		0	0
		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fonte: SPIUNET

8.2.3 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

Quadro 38 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200388	080300068.500-9	13	3	47.625,00	30/03/2012	949.406,38	Não consta	Não consta
200388	092100629.500-2	13	3	2.637.600,00	11/06/2012	4.782.270,92	Não consta	Não consta
Total							Não consta	Não consta

Fonte: SPIUNET e SELOG/SR/DPF/MA

No tocante aos imóveis sob responsabilidade desta UJ, convém destacar que permanece a mesma situação do exercício 2011, em que a SR/DPF/MA tem sofrido restrições na disponibilização de recursos para sua manutenção e conservação, não tendo conseguido firmar contratos para este fim, nem mesmo para o imóvel da DPF/ITZ/MA, que é próprio. Porém, a situação continuará na pauta de planejamento da unidade para o próximo exercício.

A UJ possui um terreno próprio, no bairro Jaracaty, em São Luís/MA, desde 2002, mas até este exercício, apesar de reforçados os pedidos de construção da sede, não foi contemplada com orçamento específico na previsão do órgão central da Polícia Federal, o que obriga a UJ a continuar pagando aluguel no valor de: R\$ 973.561,80 (novecentos e setenta e três mil, quinhentos e sessenta e um reais e oitenta centavos), para o imóvel sede da SR/DPF/MA; R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), para o imóvel DRE.

A DPF/CXA/MA, também pela falta de sede própria, está instalada em imóvel alugado, no valor anual, para 2012, de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Nada obstante referidos imóveis não atenderem de modo plenamente satisfatório às demandas do serviço, o que se obteria com a construção de sedes próprias, planejadas para a instalação de unidades policiais, é de se destacar a melhoria na qualidade das instalações da UJ proporcionada com o aluguel dos prédios mencionados.

9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro 39 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <i>Exemplos:</i> <i>1 - No Pregão para manutenção de Viaturas, a empresa está obrigada a declarar o destino dado ao óleo, quando trocado das viaturas, para que receba o tratamento adequado, impedimento de que seja jogado em ralos/esgotos da via pública;</i> <i>2 – As aquisições, a partir de 2012, de papel, já cumprem as exigências de atesto de sustentabilidade e condições de reciclagem.</i>					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex.: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					

<i>Os editais preveem esta condição.</i>					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex.: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
<i>Sim: As lâmpadas já obedecem esse critério.</i>					
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
<i>Houve economia decorrente do material; porém ainda há a necessidade de maior participação dos servidores.</i>					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex.: papel reciclado).					X
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
<i>Papel tipo A4.</i>					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					X
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
<i>Veículos (licitação feita por Brasília)</i>					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
<i>Os Editais já preveem essa situação.</i>					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
<i>Elaboração e divulgação da Cartilha de Sustentabilidade, criada pela SR/DPF/MA.</i>					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
<i>A UJ elaborou a Cartilha da Sustentabilidade e a divulgou na intranet do DPF e via e-mails aos servidores.</i>					
<i>Considerações Gerais:</i>					

<p><i>A Unidade já procede à inclusão de previsões em seus editais que estabeleçam regras de sustentabilidade ambiental, levando em consideração processos de extração, fabricação, utilização e destinação ambiental correta aos resíduos de produtos e matérias-primas. Nos últimos três anos, a SR/DPF/MA começou a se preocupar com a certificação ambiental por parte das empresas participantes dos processos licitatórios, tendo exigido, das empresas que forneceram mobiliário para a nova sede provisória, certificação ISO. Os servidores da SR/DPF/MA são incentivados a utilizar copos e xícaras de vidros em seus setores, ficando alguns copos descartáveis para uso do público externo. O estoque de material adquirido para 2012 é reciclável.</i></p>					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: CPL/SR/DPF/MA

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Quadro 40 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
-	-			-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor em R\$		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	1.513	1.329	2.678	16.760,52	11.537,90	23.751,96
Água (m3)	8.110	8.483	8.084	56.078,75	47.570,24	44.483,74
Energia Elétrica (kwatts)	792.162	705.950	827.561	405.529,23	361.522,93	417.386,71
			Total	478.368,50	420.631,07	485.622,41

Fonte: SELOG/SR/DPF/MA

A SR/DPF/MA, em 2010, tentou implantar um programa de coleta seletiva de resíduos em parceria com a Associação dos Catadores de Lixo de São Luís, mas os resultados atingidos foram insignificantes devido à quantidade de resíduo coletada.

Sob outro aspecto, desde o final daquele exercício, a unidade adota o SIGEPOL para realizar tramitação de seus procedimentos e comunicações internas, através da emissão eletrônica de expedientes, como memorandos, despachos, requisições, informações policiais/administrativas, além de também usar o correio eletrônico, o que explica a importante redução do consumo de papel de 2010 para 2011, em mais de 50% (cinquenta por cento), traduzida na diminuição do número de resmas de papel consumidas, assim como na redução dos gastos respectivos.

A cartilha de sustentabilidade, adotada em 2010, continua em vigor. Foi elaborada para divulgar um conjunto de 30 medidas que, divididas entre as áreas de energia, água, telefonia, consumo, combustível e reciclagem, visam diminuir o impacto ambiental do trabalho dos servidores, assim como reduzir os gastos da administração com o funcionamento da máquina

pública, evitando desperdícios, além de contribuir com o equilíbrio do meio ambiente. As medidas continuam sendo divulgadas pela unidade, valendo para todos os exercícios vindouros.

10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

10.1.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

Quadro 41 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	00	00	00
	Entregaram a DBR	00	00	00
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	00	00	00
	Entregaram a DBR	00	00	00
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	07	07	25
	Entregaram a DBR	07	07	25
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00

Fonte: SRH/SR/DPF/MA (Declarações de Rendimentos/Autorizações de Acesso).

Todos os servidores, obrigados a entregar as DBR pela Lei nº 8.112/90, forneceram autorização para acesso às informações constantes da base de dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil, sendo o Setor de Recursos Humanos encarregado de gerenciar o recebimento dos documentos. As autorizações são fornecidas por meio físico e arquivadas em pasta própria de fácil manuseio.

No final de 2012, foi implantado o Sistema E-GP, uma ferramenta utilizada no âmbito do Departamento de Polícia Federal para auxiliar na área de gestão de pessoas. No sistema em tela foi criado um campo para controlar a entrega das DBR/Autorizações de Acesso, porém, esse campo será alimentado gradualmente até o final do primeiro semestre de 2013.

As informações/autorizações prestadas pelos servidores são preservadas, de forma a resguardar o sigilo dos dados fornecidos.

Ao SRH, contudo, não cabe analisar a pertinência dos dados fiscais a que tem acesso, na forma da lei, porém a Corregedoria Regional de Polícia Federal pode iniciar procedimentos para identificação de eventuais incompatibilidades entre patrimônio e remunerações recebidas, de acordo com a IN nº 01/93-DG/DPF.

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

11.1.1 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Em relação à aplicação dos dispositivos contidos na NBC T 16.9, a UJ avalia a depreciação de bens móveis elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, por meio da ferramenta Gestão Eletrônica de Administração e Logística (e-LOG), pelo método linear. Quanto aos demais bens não previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, e a amortização, o DPF irá, em conformidade com os itens 13 e 16 da referida macrofunção, propor à STN os critérios e prazos para implementação. Não há bens sujeitos a exaustão.

Quanto à aplicação da NBCT 16.10, a UJ realizou a avaliação dos bens elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, por meio das comissões de avaliação instituída por Portarias, em conformidade com as orientações da referida macrofunção e da MOC 11/2011 – DLOG/DPF. Quanto às demais contas patrimoniais não previstas no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, o DPF irá, em conformidade com os itens 13 e 16 da referida macrofunção, propor à STN os critérios e prazos para implementação. A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo (bens móveis) foram as estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30. A metodologia definida no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, é a linear. Quanto às taxas utilizadas para os cálculos foram as estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30.

A metodologia para avaliação foi a prevista no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, e na MOC 11/2011 – DLOG/DPF.

Quanto ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício, podemos registrar que em relação à NBC T 16.9, sob o ponto de vista contábil, a depreciação gerou uma variação passiva não orçamentária na Demonstração das Variações Patrimoniais. Sob o ponto de vista gerencial, a depreciação evidencia a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, fornecendo uma base monetária mais confiável para efeito de tomada de decisões. Quanto à NBC T 16.10, sob o ponto de vista contábil, o registro da avaliação, considerando a mudança de critérios contábeis previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, foi realizado diretamente a conta Ajustes de Exercícios Anteriores do Patrimônio Líquido. Sob o ponto de vista gerencial, a avaliação busca garantir a confiabilidade da base monetária dos itens avaliados, a fim de espelhar o valor justo para a tomada de decisões.

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

O quadro abaixo mostra especificamente as ações realizadas pela SR/DPF/MA na segurança das Eleições 2012.

Quadro 42 – Ações Específicas nas Eleições 2012

PERÍODO	LOCAL	AÇÃO	SERVIÇOS	EFETIVO	PRESOS
06 e 07/10 (1º turno)	Estado do Maranhão	A Polícia Federal realizou a Operação Eleições 2012 durante o primeiro turno no Maranhão, que abrangeu mais de 20 cidades, como São Luís, Imperatriz, Caxias, Timon, Chapadinha, São Bento, Santa Luzia do Paruá, dentre outras. A ação contou com o trabalho de 200 policiais federais, que, mesmo de greve, atuaram na operação	26 pessoas foram conduzidas. 6 Mandados de Busca e Apreensão foram cumpridos; 11 Termos Circunstanciados de Ocorrência foram lavrados por crimes de menor potencial ofensivo, como boca de urna; e mais de R\$ 21.000,00 em espécie foram apreendidos, além de material gráfico de campanha de candidatos	200 PF's em todo o Estado do MA	7 pessoas foram presas em flagrante por crime eleitoral, como corrupção eleitoral, compra de votos e transporte ilegal de eleitores
28/10 (2º turno)	Estado do Maranhão	A Polícia Federal no Maranhão realizou no domingo (28/10) a Operação Eleições 2012 - 2º Turno, em São Luís, com o objetivo de prevenir e reprimir crimes eleitorais nas diversas zonas eleitorais da capital. Na ação, foram empregados 80 policiais federais, divididos em equipes de campo, ostensivas e veladas, e equipes de apoio para a realização de procedimentos de polícia judiciária. Foi registrada uma ocorrência, às 16h00, quando a Polícia Militar conduziu até a Superintendência da PF em São Luís um presidente de mesa eleitoral que teria abandonado a seção por algumas horas, retornando apenas por volta das 15h00 e exalando odor de bebida alcoólica. O fato ocorreu na 2ª Zona Eleitoral, na Unidade Integrada Gonçalves Dias, Bairro de Fátima. No caso, foi lavrado termo circunstanciado de ocorrência pelos crimes de promoção de desordem que prejudica os trabalhos eleitorais e abandono do serviço eleitoral sem justa causa (Código Eleitoral, artigos 296 e 344). O autuado foi liberado ao término do procedimento, após assinar termo de compromisso de comparecimento em juízo, conforme determina a legislação em vigor.	-	80	-

Fonte: DELINST/DRCOR/SR/DPF/MA com informações da INTRANET/SR//DPF/MA.

13 RESULTADOS E CONCLUSÕES

No exercício 2012, a SR/DPF/MA enfrentou dificuldades para realização de sua função constitucional e realização de seus serviços devido às restrições orçamentárias e contingenciamento de recursos. Mas, através de planejamento estratégico, deu continuidade às ações que dinamizaram a produtividade de polícia judiciária e administrativa. A Superintendência, através dessas ações, conseguiu reduzir em 11,4% (onze pontos e quatro décimos por cento) o número de inquéritos policiais em andamento no Estado, saindo do patamar de 3.514 inquéritos em 2011 para 3.112 em 2012. A diminuição dessa quantidade de procedimentos também poderia ter sido maior caso não houvesse a greve de Escrivães, Agentes e Papiloscopistas, que durou mais de dois meses.

Vale ressaltar que, mesmo com esses empecilhos, a UJ findou 2012 com expressivos resultados, alcançando o 1º lugar nacional de produtividade de polícia judiciária no comparativo com outras Superintendências Regionais e o 3º lugar nacional de produtividade de polícia judiciária no comparativo com outros Estados (considerando a produção de todas as unidades internas).

O planejamento para 2013 seguirá os mesmos métodos para o alcance das metas traçadas, com o objetivo de manter alta a produtividade da UJ, buscando, ao menos, o índice de 120% (cento e vinte por cento) na relação de inquéritos instaurados e inquéritos relatados.

Quanto ao número de operações deflagradas em 2012, é fato que diminuiu numericamente, mas suas causas são diversas, destacando-se, principalmente, o recrudescimento do Poder Judiciário na concessão de medidas cautelares requeridas pela polícia judiciária, com a expedição de mandados de prisão e de busca e apreensão. Assim, diminuindo o número de mandados expedidos, o volume de operações também diminuiu, passando a ser, inclusive, mais enxutas no que diz respeito ao quantitativo de servidores empregados na sua deflagração.

Ainda nessa seara, contudo, cabe destacar que, em 2012, a SR/DPF/MA, buscando a manter a efetividade das medidas de polícia judiciária, foi pioneira na utilização do recurso da monitoração eletrônica (Operação Allien), cuja previsão no Código de Processo Penal, artigo 319, inciso IX, foi incluída pela Lei 12.403/2011, posteriormente regulamentada pelo Decreto 7.627/2011. Assim, os alvos investigados na operação tiveram sua movimentação acompanhada, em tempo real, pela Polícia Federal através desse instrumento. A medida, implementada em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ), ao tempo em que permitia a constante fiscalização das ações dos investigados, implicou na redução de custos operacionais, inclusive evitando o acionamento dos aparelhos do sistema penitenciário estadual, para onde os seriam encaminhados caso fossem efetivamente presos.

A cooperação e a política de realizar ações conjuntas e o intercâmbio com outros órgãos do governo, nas esferas federal, estadual e municipal, também possibilitou êxito em trabalhos de inteligência policial, como na prisão do assassino de um jornalista conhecido na capital, que teve grande repercussão nacional, além de parceria no combate ao tráfico de entorpecentes.

Como polícia administrativa da União, a SR/DPF/MA produziu números aproximados a 2011 com relação à emissão de passaporte e na fiscalização de produtos químicos, e obteve grande arrecadação de armas (224) através da campanha de desarmamento, além de indeferir 90 pedidos de aquisições de armas de fogo.

Com relação à fiscalização de segurança privada, a SR aumentou, em 39% (trinta e nove por cento), o número de vistorias em agências bancárias e, em 30% (trinta por cento), as vistorias de empresas de vigilância. Esse incremento nas ações de segurança privada significou o aumento de 23% (vinte e três por cento) de sua arrecadação para o FUNAPOL, em relação ao exercício anterior.

Considerando o controle dos portos, esta unidade teve aumento de 4% (quatro por cento) no número de embarcações fiscalizadas e superou, pela primeira vez, a marca de R\$ 1 milhão de reais em arrecadações para o FUNAPOL.

Trabalho contínuo vem sendo desenvolvido no sentido de aprimorar os controles sobre utilização de recursos a fim de permitir uma melhor utilização dos mesmos, visando o cumprimento da missão da Polícia Federal, com o menor custo para a sociedade, incluindo utilização da infraestrutura da rede DPFNet (sistemas corporativos internos), otimização do espaço físico disponível, dos recursos de telefonia, entre outros. Assim, continua em uso o sistema tarifador de chamadas, que discrimina todas as ligações emitidas pela UJ, controlando sobremaneira os gastos realizados.

A SR também já consolidou a utilização do SIGEPOL para a tramitação de seus expedientes internos, o que, além de agilizar o andamento dos procedimentos da unidade, reduzindo o tempo de confecção, tramitação e despacho, diminuiu em mais de 50% (cinquenta por cento) os gastos e o consumo de papel na UJ desde 2010, quando o sistema foi implantado.

As restrições e limitações encontradas para o desenvolvimento das atividades consistiram basicamente na escassez de recursos humanos, principalmente para as atividades de apoio administrativo e de gerenciamento financeiro. Foram enfrentadas dificuldades quanto aos limites orçamentários impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da Unidade Jurisdicionada. Ações, junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Superintendência, mas independentem, repita-se, da administração local.

As soluções encontradas pela SR/DPF/MA para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das suas missões, tanto na atividade-fim, quanto na atividade-meio, consistiram, pois, na racionalização e na definição de prioridades dentro da gestão. Com a crescente demanda de trabalho de responsabilidade da Polícia Federal, no entanto, ainda há necessidade de aumento do efetivo de policiais e servidores administrativos.

Desse modo, a SR/DPF/MA atuou no exercício 2012 calcada em planejamento de ações, com metas estabelecidas, seguindo ações voltadas à sua consecução, visando melhorar alguns déficits em suas atividades de polícia judiciária e administrativa, o que, enfim, significou, conforme demonstrado, a obtenção de desempenho destacável em relação a outras unidades congêneres.

Para 2013, a mesma estratégia administrativa será seguida.

ANEXOS

Declaração de Atualização de Dados no SIASG E SICONV

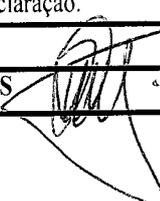
Quadro A.10.6 – Declaração do Responsável pela Área de Contratos

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):		Código das UGs:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Maranhão		200079 (200388 e 200389)	
<p>Eu, Célio Santana Lisboa, CPF nº 857.433.563-00, Agente Administrativo, lotado na Superintendência Regional do DPF no Maranhão, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios¹ e instrumentos congêneres, firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade, estão disponíveis a atualizadas, respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV – conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.</p>			
<p>¹ Salvo os convênios com Instituição de Ensino para concessão de estágio, conforme Lei nº 11.788/2008</p>			
Local	São Luís/MA	Data	11 de março de 2013
Responsável	Célio Santana Lisboa	Matrícula nº	12.625

Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO MARANHÃO - SR/DPF/MA			200388 -200389
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos, teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	São Luis - MA	Data	31/01/2013
Contador Responsável	WILSON CASTELO BRANCO MAGALHAES 	CRC n.º	MA-011525/O-6